



Anais da Assembléia

Nº 172

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 252ª SESSÃO ORDINÁRIA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 1975
(Segunda-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Mesias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Bastos (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, José Domingos Scarpeolini e Otássio Pereira (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236 e 237/75.

— de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos projetos de Resolução nºs 238, 239, 240, 241, 242, 243, 250, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251 e 252/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer, seja dado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Luiz Capdebosco, ocorrido dia 18 de dezembro de corrente ano, na cidade de Toledo.

Outrossim, solicito que seja comunicado aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer seja dado um voto de pesar pelo falecimento do professor André Queirolo, ocorrido dia 18 de dezembro do corrente ano, na cidade de Toledo.

Outrossim, solicito que seja comunicado aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer nos termos do Art. 90, do Regimento Interno, seja adotado o processo de sessão secreta para a 2ª Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 143/75, que, com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná que objetiva criar cargos que especifica, nos quadros correspondentes dos serviços do Poder Judiciário, o qual consta da Ordem do Dia de hoje.

O pedido se fundamenta no fato de que a apreciação dessa matéria envolve diretamente as relações entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, sendo certo que a discussão e votação públicas podem ensejar atritos entre os referidos Poderes, com prejuízo para a harmonia que deve prevalecer.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja inserido em ata, um voto de louvor pela atuação do Excelentíssimo Senhor Ministro Shigeaki Ueki, junto às Centrais Elétricas de São Paulo, para o não fechamento imediato da Barragem do Salto de Capivara, o que veio atender aos reclamos de inúmeros municípios, principalmente Porecatu, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio etc.

Da decisão do plenário, solicita seja oficiado ao Senhor Ministro.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1975.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos deste nesta Casa de um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Irati, à Cooperativa Agrícola Irati Ltda e à ACARPA pela realização da 1ª festa do Pêssego naquela cidade, nos dias 20 e 21 do corrente.

O presente voto tem um profundo significado porquanto trata-se de implantação de uma fruticultura racional na região constituída de minifúndios. A primeira festa é fruto de um trabalho técnico realizado na região pela ACARPA com pleno apoio do Prefeito Luiz Fornazari e do Presidente da Cooperativa Agrícola local, Sr. Mieczyslaw Michalak.

Após dois anos de trabalho, já existem pomares em plena produção, apresentando excelentes resultados quanto à qualidade do fruto e quanto à renda auferida pelos produtores.

O signatário requer outrossim, que da deliberação desta Casa seja dado ciência ao Prefeito, ao Presidente da Cooperativa e à Acarpa em seu escritório central de Curitiba e ao escritório de Irati.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) – ROSARIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que determine com a máxima urgência, o término da construção do Ginásio de Alvenaria na sede da comarca de Iporã, motivo pelo qual criará sérios problemas educacionais, se a obra não fôr concluída até 15 de fevereiro de 1976.

A situação torna-se semelhante a do ano que se finda, com classes de alunos nas Igrejas, Salão Paroquial, Clubes etc.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, o envio de ofícios ao Secretário de Educação e Cultura e ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR – solicitando imediatas providências no sentido de instauração de sindicância administrativa para apurar e responsabilizar a entidade construtora do edifício em alvenaria que sedia o Grupo Escolar “Marechal Arthur da Costa e Silva, na cidade de Santa Fé e determinar o início urgente de obras de ampliação do referido estabelecimento.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Novamente se constata o despreparo administrativo de homens alçados a posições administrativas de relevância na esfera estadual governamental. Tristemente verificamos a existência na cidade de Santa Fé, de prédio escolar inaugurado em 1973 e já considerado inservível para seus fins. Nesse edifício, a existência inúmeras goteiras, uma incorreta instalação elétrica, vitraux que não fecham, são fatores de desconforto e de cerceamento às atividades nele desenvolvidas, gerando como consequência baixa produtividade escolar. Fomos informados, durante visita nossa a essa cidade no último dia 21, por pais de alunos que frequentam o Grupo Escolar Marechal Arthur da Costa e Silva, que o então Secretário de Educação e Cultura, Cândido Martins de Oliveira, ao verificar o estado do edifício, recusou-se a participar das solenidades de sua inauguração. E por isso, estabelecida a denúncia, exigimos a devida punição aos culpados.

Por outro lado, o antigo casarão, um apodrecido barracão de madeira, construído a não sei quantos anos, continua servindo para suas finalidades, abrigando alunos dos cursos primários, MOBRAF e da Escola Técnica de Comércio. Tememos pela vida dos alunos, dos professores e dos funcionários outros que ali exercem suas atividades.

Aquele horrendo, sujo e inseguro barracão de madeira é um flagrante desrespeito à laboriosa população de Santa Fé. Apesar da presença saliente de Santa Fé no cenário econômico paranaense

o Estado dela se alheia, sem a essa progressiva comuna, estender sua ação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Senhor Secretário de Administração, João Elísio Ferraz de Campos, se é verdadeira a nota inserida no jornal “Diário dos Campos do dia 21/12/75, onde consta que o patrimônio do antigo Colégio Augusto Ribas não pertence ao Estado e sim à pertence à Prefeitura de Ponta Grossa, fato esse que desejamos esclarecimentos.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, inscrito primeiro orador no Pequeno Expediente.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna para ler o expediente que nos foi enviado pelo Presidente da Associação Comercial de Piraquara, que diz: (lê)

“Exmo. Sr. João Leopoldo Jacomel.

DD. Deputado Estadual.

Considerando o espírito de honestidade que sempre caracterizou a vida pública de S. Exa., é que apelamos para que defenda o povo e o comércio, que estão sendo lesados por verdadeiras GANGS, que funcionam à sombra do IBDF.

Associados nossos foram lesados por firmas que se diziam autorizadas pelo IBDF, conforme fotocópias em anexo, fomos pessoalmente ao IBDF para tentarmos resolver alguns problemas surgidos, mas nada conseguimos, tiramos as conclusões seguintes, e apresentamos algumas sugestões:

1 – Como pode o IBDF conceder licenças para algumas firmas não gabaritadas, ou não se responsabilizar pelas mesmas, perguntamos e não obtivemos resposta.

2 – Quais são as pessoas físicas que respondem por uma firma reflorestadora, mas nada nos foi dito.

3 – Porque quando o IBDF cassa a licença de uma firma reflorestadora o faz sigilosamente, e não pela imprensa escrita e falada como seria de praxe, assim os investidores estariam prevenidos contra a mesma.

4 – Quando ocorre tal fato, e o investidor o fez a título de incentivo fiscal, além de perder a quantia investida, tem de pagar o imposto de renda sobre a mesma quantia mais as multas e correção monetária. (Como se observa o prejuízo causado torna-se bem elevado).

5 – A título de podermos prevenir nossos associados quanto a não terem problemas futuros, perguntamos em diversos departamentos do IBDF o nome de algumas firmas sólidas para que nossos associados pudessem investir pelos mesmos, foi-nos dito que lá não se agenciavam firmas de reflorestamento.

Ora, Sr. Deputado, depois de uma resposta desta, confiar em quem mais.

Sem outro particular, contando com a ajuda de V. Exa. que nunca nos faltou. Cordiais saudações.

Piraquara, 20 de novembro de 1975.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Em face destes comentários, tomamos a liberdade de encaminhar à Mesa o seguinte Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições

que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Delegado Regional do IBDF, nesta Capital, a fim de que seja lhe fornecido o nome individual das pessoas que compõem a firma REFLORESTADORA UNIVERSAL LTDA., com sede nesta Capital, à Rua Chile, 1586, e inscrita naquele Instituto sob o n.º 55, bem como, se a firma em referência continua exercendo suas atividades.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975"

a) LEOPOLDO JACOMEL.

Era só o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falávamos, na última reunião desta Casa, do passamento do acervo do antigo Colégio Agrícola Augusto Ribas à nossa instituição maior de ensino, a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Arguíamos ao Sr. Governador do Estado que, em virtude da situação de abandono em que se encontrava a obra ali construída, se fazia necessária a presença do Governo, fazendo o passamento ao acervo da Universidade para os reparos e conservação, e acima de tudo, para a implantação do curso de engenharia agrônômica da cidade de Ponta Grossa.

Rememorávamos que desde o Governo Emílio Gomes, o Deputado David Federmann e este que vos fala, juntamente com os Prefeitos da região dos Campos Gerais, se faziam presentes através da comunidade, dos Srs. Presidentes de Cooperativas de Ponta Grossa da região, pedindo ao Governo a implantação daquele curso com a consequente transmissão do acervo do Colégio Agrícola Augusto Ribas para a nossa Universidade.

Assumi o Governo o Sr. Jayme Canet Junior, e nós lá estivemos por duas ou três vezes, com todos os Prefeitos, referendando o pedido que não era nosso, era da comunidade.

E agora, Sr. Presidente, no último domingo, dia 21 de dezembro, estampados nas folhas de um jornal de circulação deste Estado, o "Diário dos Campos", S. Exa. o Sr. Secretário de Administração de nosso Estado, Sr. João Elísio Ferraz de Campos, através de um memorial, informa ao Prefeito de Ponta Grossa que aquele patrimônio pertence não ao Estado, mas à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Queríamos, através de um requerimento que estamos endereçando à Mesa Executiva, saber exatamente, saber oficialmente qual a posição real daquele patrimônio, para daí partirmos para a cobrança do Governo que aí está, do Governo Jayme Canet Jr., aquele atestado da sua incapacidade no que concerne ao patrimônio deste Estado do Paraná.

Há um ano que o Deputado David Federmann quase que diariamente com a comunidade, através da Câmara de Vereador na pessoa de seu Presidente, através de toda a região dos Campos Gerais, na pessoa de 14 prefeitos e mais um representante da ARENA, Deputado Aguinaldo Pereira Lima, vem cobrando do Governo do Estado. E somente agora, é que o Governo veio a tornar público que aquele patrimônio não era seu, mas da região dos Campos Gerais, representada por Ponta Grossa.

Já tivemos há dois anos atrás a iniciativa e acima de tudo a idéia de implantar o curso através da Reitoria de nossa Instituição. Não foi implantado por única falha do Governo do Estado do Paraná e por maior falha deste próprio Governo e este Secretário, através de memorial, informa a Ponta Grossa, sua administração e suas representações de que o patrimônio é da Prefeitura.

Estamos entrando na tarde de hoje com um requerimento indagando àquele Secretário, se realmente aquele patrimônio não é do Estado, porque iremos responsabilizar o Governo do Estado do Paraná pelas despesas acarretadas e principalmente

pela desatenção às autoridades representativas na pessoa dos Prefeitos da região dos Campos Gerais que tiveram, quatro, cinco ou seis reuniões. Uma verdadeira palhaçada por parte do Governo do Estado do Paraná, não sabendo que era ele não possuidor de uma área da qual se dizia dono. Nesta ocasião, queremos a palavra oficial do Governo, através dessa Secretaria, para aí tomarmos nossa posição, que será a posição de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais, pela desatenção total deste Governo que aí está implantado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabo de receber carta assinada pelo Sr. João Muniz, residente no lugar denominado Vassoral, na estrada que liga Ibaiti a Ribeirão do Pinhal. Diz o missivista: que há mais de 30 dias aquela estrada continua intransitável. Paralizaram-se as linhas de coletivos regulares que por ali transitam, porque aquele trecho de estrada por onde carrega grande parte da economia agrícola deste Estado, está vivendo o mais completo abandono por parte do DER, organismo responsável pela conservação das estradas de rodagem no Paraná.

Queixas e reclamações desta natureza, desfilaram o ano inteiro desta tribuna, vindas dos 4 cantos do Paraná. Parece até que não há responsabilidade das providências e o povo tem razão quando diz que falta a presença do governo na administração deste Estado.

Dando provimento às queixas e reclamações justas do Sr. João Muniz, encaminhamos nesta oportunidade, à Secretaria de Transportes, requerimento pedindo providências para o fato denunciado.

O requerimento está vazado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

1 O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista estar impedido o tráfego na estrada que liga Ibaiti a Ribeirão do Pinhal, por dias e dias seguidos a quase dois meses, devido a falta de conservação numa extensão de mais de trinta quilômetros, requer:

a) Providências da Secretaria requerida, no sentido de proceder atendimento urgente à desobstrução do tráfego.

b) Revestimento primário em toda a extensão de referida artéria, visto ser a mesma portadora da interligação com diversas localidades da região, bem como, carreadora de transporte de inmensurável produção agrícola e pastoreio deste Estado.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975".

Como vê V. Exa., Sr. Presidente, nosso requerimento é de urgência, urgência urgentíssima, porque estamos às portas praticamente, da colheita, e é preciso que as providências sejam tomadas, a fim de que não haja prejuízo, principalmente aos inúmeros lavradores daquela região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, quarto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabo de receber da cidade de Palmeira, uma comunicação telefônica de que a população dali, nesta ante-véspera de Natal, recebe o seu prêmio que é a fiscalização do Estado, acompanhada de policiais, numa verdadeira afronta ao comércio e ao povo local.

Para espantar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta comunicação que recebo dão-me conta de que estão a exigir de colonos que transportam apenas um cabrito na sua carrocinha, para levar talvez em sentido comercial, um presente de natal a algum compadre, ou à alguma família estimada na cidade.

É a fiscalização está a exigir o tributo, e como se não

bastasse, a multa, e o pagamento na hora com os policiais ao seu redor, armados, afrontando e amedrontando o povo.

Isso não é possível acontecer numa cidade civilizada. Não concebo que se mande a fiscalização do Estado, acompanhada da Polícia, como tem acontecido, para amedrontar o contribuinte.

Uma imagem distorcida que se cria da figura do Estado, que indis põe a fiscalização contra o contribuinte. Nós precisamos, antes de tudo, mostrar que o povo que contribui com impostos, é um povo social e que não se deve impor ao povo mas, indicar ao povo, a fim de que ele contribua pela boa vontade, sabendo o sentido desta contribuição. Mas nunca, jamais, mande a fiscalização em portas de comércio, aos colonos, aos contribuintes, com policiais armados, para amedrontar o contribuinte.

Isso, é um fato que eu denuncio a esta Casa.

E amanhã, eu trarei um requerimento, ainda não me deu tempo de confeccioná-lo, a ser encaminhado à Secretaria de Finanças, o que farei como disse, amanhã.

Outro fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com relação o que estava ocorrendo na cidade de Palmeira, com respeito a água e esgoto. A SANEPAR, firmou convênio em 73 para a ampliação da rede de água e esgoto na cidade de Palmeira. Apesar dos esforços do Prefeito Municipal junto ao Governo e à SANEPAR, para dar início às obras da cidade, que o Prefeito insiste na sua realização. E o serviço que a empresa contratou na execução desta obra, a empresa dava uma investidura, jogando os canos, abrindo buracos, deixando tudo abandonado.

Há seis meses que o Prefeito Municipal vem investindo para que a empresa realize os seus serviços de acordo com o contrato. A paralisação destes serviços prejudicou grandemente o saneamento da cidade, à pavimentação asfáltica e, inclusive, do revestimento dos bairros.

Hoje, tivemos conhecimento que depois que o Prefeito pavimentou a cidade, diversas ruas em que a empresa não executou os serviços, alguns empregados da empresa chegaram a arrebentar o asfalto e, em seguida, abandonaram a cidade, deixando numa situação de revolta o Prefeito Municipal que, naturalmente, irá propor uma ação para se ressarcir dos prejuízos, desde que terá que fazer a recuperação do asfalto. Isto fica a débito da SANEPAR pela sua incapacidade em fiscalizar a situação das firmas que devem ser executadas pela execução do serviço. É preciso que a SANEPAR verifique a idoneidade financeira e econômica das empresas para que não ocorra o que está ocorrendo e que firmas, talvez, protegidas, aceitem inúmeros contratos e, depois, prejudiquem os serviços e prejudiquem outras firmas que estejam em condições de executar o serviço.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica que está esgotado o tempo que dispunha mas concede um minuto a mais para que possa concluir seu raciocínio.

O SR. LINEU TURRA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero deixar hoje este registro e amanhã trarei um requerimento para ser encaminhado à SANEPAR e ao Sr. Governador, relatando o que acabo de expor.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do prador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de, inicialmente, requerer a esta Casa, depois de ouvido o plenário, um voto de louvor ao Lions Club da minha cidade, a cidade de Goioerê, por haver feito, neste fim de ano, para as crianças pobres, uma campanha para presentear-las.

Gostaria de, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que constasse também da ata um voto de louvor a um Deputado desta Casa, ao Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que se liga ao assunto. Criticado, no início desta legislatura, por ser chefe de uma equipe de futebol de Deputados e funcionários desta Casa, não esmoreceu, e durante este ano a equipe do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, conseguiu fazer doze partidas, levando-a às cidades para ajudar na Assistência Social dos diversos municípios que estivemos.

A este Deputado, em nome da nossa equipe, requeremos que seja registrado pelo seu desprendimento, pela sua luta que depois de uma semana legislativa de trabalho e cansaço, sábado e domingo, quando deveria descansar, percorria 800 a 900 km para levar até aos municípios a assistência social e cooperação ao próprio Governo que ele representa — um voto de louvor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mês de dezembro, final de mês. Deveríamos usar esta tribuna, depois de cumpridas nossas obrigações legislativas, para desejar ao povo, aos nobres pares e até ao próprio Governador, votos de felicidades. Entretanto, somos forçados a vir a esta tribuna com outro espírito. Deveríamos tê-lo feito há alguns dias, mas tendo em vista as inúmeras inscrições para os expedientes, coube-nos hoje esta oportunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no início desta Legislatura assumi a tribuna para dizer qual seria a minha atuação. Muito embora homem de oposição, tinha eu a intenção de fazer como tenho feito e o MDB tem feito, a oposição de trabalho. Chego ao final do ano, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a consciência tranquila do dever cumprido. Trabalhei nesta Casa, lutei contra o Governo nas horas necessárias, aplaudi o Governo nas horas necessárias, porque este o meu espírito e o meu jeito de fazer Oposição, um ano completamente tranquilo, e quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que foi um ano tão feliz. Convivi na minha Casa, com minha esposa legítima, tenho no meu lar, duas filhas honestas, cumpri, enfim, neste primeiro ano de legislatura, o meu mandato. Venho com estas palavras iniciais, Sr. Presidente — me defender — e não sei se há necessidade disto — contra as palavras, os argumentos de um locutor de televisão, Erondy Silvério, e digo e repito, não sei se há necessidade disto, Sr. Presidente, isto é, de me defender dos ataques recebidos através do jornal A VOZ DO PARANÁ, que diz. (Lê):

“Curitiba, semana de 14 a 20 de dezembro”.

(O dia eu não sei).

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte?

(Assntimento). Pedi o aparte, nobre Deputado, para, se me permitir, data vênha, talvez até corrigir uma expressão que V. Exa. acaba de usar.

A profissão de jornalista, de locutor, de todos aqueles que atuam nos órgãos de opinião, está disciplinada; a pessoa que V. Exa. cita, não se enquadra profissionalmente no título referido por V. Exa.. Portanto, não está integrada à nobre e digna classe dos jornalistas, locutores e homens de comunicação.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa. e aceito o reparo porque talvez eu tenha sido infeliz na expressão. Eu quero dizer, que a reportagem que tentou me atingir encontra-se no jornal A VOZ DO PARANÁ. Não responsabilizo o jornal.

Muito obrigado.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que talvez não houvesse necessidade de resposta a esse locutor, porque o próprio jornal, a imprensa, coloca dúvidas à sua reputação, eis que o título é o seguinte: “EIS AQUI ERONDY SILVÉRIO. DEMAGOGO OU DEFENSOR SINCERO DAS CAUSAS POPULARES?”. Destas, eu e o povo ficamos com o primeiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque Erondy Silvério esteve

nesta Casa de Leis durante 8 anos com o compromisso legal de defender as causas justas e honestas do povo; porque Erondy Silvério é conhecido na cidade como o maior empresário de táxis e coletivos, cujos funcionários com denúncias à lei formuladas, recebem e vivem de salários de miséria; porque este mesmo Erondy vem ao jornal denunciar as atitudes do Governo, culpando a ARENA da derrota do ano passado. E denuncia a influência de cabos eleitorais do Delegado, de Chefe de Polícia, de Prefeito, diz que o MDB realmente impunhou e desfraldou a bandeira do povo brasileiro e por isso ganhou a eleição. Aí ele está certo. Não está certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e eu não admito porque já tracei nesta Casa a minha luta de cunduta de homem pobre, mas honesto e porque porque sou honesto. Nunca fiz compromisso, nem acerto com ninguém e fica aqui a este reporter que, como Deputado, não atendeu o povo, porque atendeu a eleição, se tivesse trabalhado estaria reconduzindo a esta Casa como tantos que aqui se encontram. Foi Presidente desta Casa, usou o mandato por oito anos e não serei eu o Deputado que sempre lutou honesta e humildemente a suportar no fim do ano da minha primeira legislatura, assaques e massacres pesarosos contra a minha pessoa. E ele, Sr. Presidente, disse na entrevista, respondendo ao reporter que perguntava e que não entra em substituto. Erondy Silvério respondia: Não. Não entra suplente e como eu já disse a questão Scarpelini é filosófica. Agora, estes Deputados que possibilitaram a criação da EMOPAR, votando com o Governo, significou uma posição meramente ideológica em troca de favores pessoais e eleitorais.

Repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a minha voz saia daqui e chegue aos ouvidos deste reporter, deste Deputado fracassado, deste empresário que não paga bem seus funcionários, que eu exijo que ele me respeite como homem e, acima disso, que me respeite como representante do povo. Porque este Deputado jamais fez acerto com o Governo, este Deputado tem posição definida e se votei pela EMOPAR é porque senti que queria dar ao Governo e ao Estado instrumento para que trabalhe, ficando entretanto na minha posição independente e democrática de censurar veementemente o achaque de político fracassado, que perde a eleição depois de oito anos de mandato de Deputado, tendo sido inclusive Presidente desta Casa, e como agora pegou um programa de televisão, e censura ele o MDB como se quisesse fazer um Partido para ele só, mas que não é partido do povo, porque ele nunca foi do povo.

O SR. ERNESTO GNOATO — Quero congratular-me com o pronunciamento de V. Exa. e dizer que também votei com a EMOPAR. Quero dizer ao povo paranaense que em 74, o Presidente da República errou não tendo escolhido Erondy Silvério para o Governo do Paraná, porque assim o Paraná estaria com todos seus problemas resolvidos.

Era este o aparte.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, termino minhas palavras, que deveriam ser outras neste fim de ano, mas para deixar patente a minha posição como foi iniciado e numa prestação de contas, não a este jornalista a quem nada devo, mas ao povo que represento nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, inscrito.

Como também o nobre Deputado declina e outros também inscritos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não faz muito tempo ocupamos esta tribuna para dizer da responsabilidade, da maturidade e da capacidade que os

homens de meu Partido, o MDB, têm demonstrado no exercício da função pública. E, naquela ocasião, citávamos inclusive alguns municípios do Paraná, dirigido por valorosos companheiros do MDB. Dentre eles, destacava o município de Guarapuava, cujo Prefeito foi deputado desta Casa, foi Vereador por várias vezes, o brilhante e inteligente Prefeito Nivaldo Kruger.

E nesta época e neste País, em que tantos são os problemas tantas são as agonias do povo trabalhador, nesta época em que o Paraná, se preocupa com o grave êxodo rural, em que milhares de pessoas, desempregadas no campo procuram a cidade em busca de um emprego, e não encontram este emprego, procuram a cidade em busca de uma casa e não encontram esta Casa, pergunta-se: o que é que de objetivo e concreto tem sido feito pelo Governo da República para minorar os sofrimentos do homem que trabalha a terra, para fixar o homem na terra?

As últimas geadas que atingiram o Paraná, deixaram milhões de desempregados. Sabem todos que as estatísticas apontam cerca de um milhão e duzentas mil pessoas diretamente dependentes ou ligadas à cultura cafeeira que foi terrivelmente atingida e enormemente prejudicada pelas últimas geadas. Mas, o êxodo rural não ocorre apenas na região do café. Ocorre em outras regiões, em outras culturas agrícolas.

Faz dez anos que nenhuma medida concreta e objetiva foi tomada para cuidar da fixação do homem na terra. Um dia criaram o Estatuto da Terra. Ele ficou apenas no papel.

Um dia criaram o INCRA, e o INCRA até agora nada disse ao Brasil: por veio, e ao que veio e enquanto os homens que têm responsabilidades não apresentam propostas concretas e objetivas para minorar este mal, é até salutar; e mais que salutar, é gratificante que a gente encontre um paranaense, um homem do Paraná mesmo, preocupado com as questões de sua administração municipal, mesmo dando à sua cidade, uma das melhores administrações que a sua cidade já teve; que esse homem tenha sido ainda a preocupação de oferecer solução para essa crise, por que vive não só o Paraná, mas por que vive todo o País.

Já inventaram várias fórmulas para tentar dar terra ao homem que trabalha a terra. E pegaram o homem do Rio Grande do Sul, e mandaram para o Amazonas, para o projeto ultrapassado das Agro-vilas e da Transamazônica. E mandam o

homem do Paraná ao Maranhão, para o Pará, ou para Mato Grosso e lá, no Amazonas, Acre, Pará, ou no Mato Grosso, sem assistência, sem cobertura, sem apoio oficial, ele encontrará mesmos problemas que tinha na terra onde ele morava e onde ele gostaria de ter permanecido.

Eis que surge esta magnífica ideia do Prefeito Nivaldo Kruger. E nós julgamos que é oportuno que a debatamos nesta Assembléia para que sua ideia e seu projeto na íntegra, conste dos Anais desta Casa, para que não se diga nesta hora grave, diante de problemas tão graves, tenhamos nos omitido. E eu quero deixar bem claro que esta Proposição feita por aquele Prefeito, não é em termos partidários, mas em termos de paranaísmo, em termos de brasilidade; o projeto de lei deve e pode ser adotado por homens de todos os partidos políticos.

Esse documento ainda a semana passada foi entregue ao Presidente da Federação da Agricultura — e sei por questão de tempo, não pode ser entregue ao Presidente dos Trabalhadores da Agricultura, mas o sei — se ainda não o foi — de forma formal e solene. E através de requerimento que vários Deputados subscreveram, vamos pedir a esta Casa que encaminhe este documento do Prefeito Nivaldo Kruger, ao Ministro da Agricultura, ao Governador do Estado e às bancadas federais da ARENA e do MDB, na Câmara Federal e no Senado da República; e esperamos que os homens que detém o poder

neste Estado tenham o desprendimento e tenham a responsabilidade de em adotando esta proposição, levá-la adiante porque como veremos da leitura que dentro de pouco tempo faremos, ela representa realmente uma luz no meio da escuridão que paira sobre a gleba no Brasil.

Este documento objetiva fixar o homem no campo, com o financiamento da terra, através de recursos próprios e com a criação de um Fundo próprio, como nele se propõe.

Leremos o documento do Prefeito Nivaldo Kruger. (lê):
"TERRA FINANCIADA PODE FIXAR O HOMEM NO CAMPO.

A transferência de contingentes humanos do campo para a cidade, é um fenômeno normal, que acompanha o desenvolvimento de todas as sociedades modernas. No Brasil, no entanto, essa transferência se dá menos em função de abertura de empregos urbanos do que por falta de condições de sobrevivência na área rural.

O processo de mecanização da agricultura, uma das causas liberadoras de mão de obra rural, numa economia desenvolvida, é acompanhado do crescimento das oportunidades de trabalho urbano, propiciando a manutenção do pleno emprego. Quando inexiste esse equilíbrio, o homem do campo se marginaliza na periferia dos centros urbanos, criando maiores problemas para si mesmo e para as cidades.

CAMPO PODE SALVAR CIDADES.

Estranguladas, as cidades mobilizam diversos mecanismos para solucionar seus problemas, criando núcleos habitacionais, oferecendo facilidades para aquisição de moradias, implantando sistemas urbanísticos.

No entanto, seria bem mais eficiente se houvesse uma política que prevenisse a formação desses contingentes marginais, oferecendo ao homem do campo melhores condições de vida em região de origem, dando-lhe a possibilidade de adquirir uma propriedade rural, semelhante às que são oferecidas pelos programas de habitação urbana.

No Brasil como a área de terras exploráveis e o enorme potencial humano que temos, podemos evitar o congestionamento das cidades formando pequenos núcleos urbanos descentralizados e estabelecendo, com urgência, um programa de financiamento para a aquisição de terras para todos os que se disponham a explorá-la, visando sua vocação agrícola.

Com o aperfeiçoamento do sistema de crédito, as instituições financeiras facilitam por todos os meios a aquisição de automóveis, eletrodomésticos, máquinas, lavouras e ainda todo tipo de bens supérfluos. No entanto, para a compra de terras agrícolas, base para a lavoura, não existem as mesmas facilidades. Não existe nenhum programa de financiamento capaz de responder ao desejo de propriedade dos agricultores que trabalham sob regime de meação, dos jovens técnicos que se formam e que poderiam dar uma contribuição ao desenvolvimento nacional muito maior, se trabalhassem em suas próprias terras, que se transformariam em unidades modelos.

CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Esse programa de financiamento de propriedades rurais, seria complementado por uma estrutura rural capaz de permitir o desenvolvimento das áreas escolhidas para o desenvolvimento do programa, dotando-a de:

- a) redes rodoviárias vicinais eficientes;
- b) rede ferroviária para o transporte a longa distância atingindo os centros consumidores ou os portos de exportação;
- c) financiamento para eletrificação aos Núcleos Rurais Financiados;
- d) centros educacionais que supram as necessidades de aperfeiçoamento e educação do homem rural e de sua família, hoje privilégio urbano.

e) centros comunitários rurais, onde o homem do campo encontre ambiente propício ao desenvolvimento social de sua família, neutralizando outro fator que atrai o homem para os núcleos urbanos, a solidão, a falta de convívio humano.

Essa mesma tese não deve ser entendida como de oposição aos programas de desenvolvimento urbano. Entendemos que estes são necessários e urgentes, mas atendem um aspecto da questão. Quando se fala de coletividade, não basta curar os doentes, mas é primordial fazer a profilaxia, prevenir para que o mal não se alastre.

Consideramos, assim, que a fixação do homem no campo, antes de se opor aos problemas urbanos, são um complemento a eles formando um todo único. Não podemos nos conformar diante da fatalidade urbana sem que ofereçamos opções de permanência no meio rural.

OPÇÕES PARA TODOS

Vinte anos de vida pública intimamente ligada ao meio rural levaram-me a certeza de que é urgente, fazer alguma coisa para conter a disparada rumo aos grandes centros. Todos os esquemas de financiamento existentes, porém, estão voltados para a mecanização e esta sempre leva à dispensa de mão de obra.

Entretanto, há culturas intensivas que podem ser desenvolvidas com resultados muito superiores a qualquer renda familiar que o homem do campo possa obter na cidade, com a vantagem de mantê-lo na convivência com o seu meio, de não violentar suas tradições, seus costumes e de torná-lo participante do processo de criação de riquezas, ao contrário da condição de pária a que se submete, quando se desloca para a periferia dos centros urbanos.

Ainda há a opção cooperativista, que permite a união de pequenas propriedades num conjunto maior e que não tem recebido o incentivo adequado.

Com o financiamento, grandes propriedades que estão ociosas poderiam ser parceladas e adquiridas por famílias ou grupos de famílias de agricultores, tornando-as produtivas e possibilitando, ao atual proprietário, uma forma de ganho semelhante à propiciada pelos loteamentos urbanos. Esse parcelamento teria a vantagem de tornar a terra acessível a uma parcela da população rural que, de outra forma, não poderia pleitear a condição de proprietário.

O Estatuto da Terra é um documento de valor e nossa proposta se integra em seus objetivos maiores. ENTRETANTO, apesar dos altos ganhos sociais propugnados pelo Estatuto da Terra, esse documento não alcançou até agora a realização plena porque dele não consta o essencial, que é a possibilidade de acesso à propriedade da terra por aqueles que necessitariam de um financiamento para esse fim.

ORIGEM DOS RECURSOS

Para executar esse programa, seria criado um Fundo Nacional de Propriedade Rural, com recursos oriundos do INCRA, da venda de terras devolutas dos Governos dos Estados e da União, de parcela das divisas auferidas na exportação de produtos primários do confisco cambial, de parcela dos lucros do BNH, de fundos internacionais, orientados por organizações preocupadas com a produção de alimentos, como a FAO, ou dos rendimentos oriundos dos financiamentos rurais do Banco do Brasil, que é a maior instituição financeira agrícola do mundo.

Para que os recursos não sejam desviados de seus objetivos sociais, deve-se definir as áreas que serão beneficiadas pelo programa. Essas áreas devem preencher determinadas condições, que garantam a viabilidade econômica de sua exploração em culturas de pequena escala, bem como o acesso ao mercado para os produtos da terra. Esse fundo Nacional de Propriedade

Rural desempenharia o papel correspondente ao que foi orientador da criação do BNH, dentro do contexto urbano.

Outro grão econômico, que beneficiará o conjunto da economia brasileira, será a dinamização do consumo na área rural, que hoje não consegue alcançar os benefícios trazidos pelos sucessivos avanços tecnológicos de nosso tempo.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nosso objetivo, com essa proposição, é promover um maior ajustamento ao seu meio ambiente, dando-lhe possibilidade de realização própria, de melhoria das condições de vida de sua família, evitando que ele ou seus filhos venham a se marginalizar junto as megalópoles, que são o grande fator de desumanização de nosso tempo.

Sobrepondo-se a esse aspecto individual, temos o caráter social das medidas por nós preconizadas. Elas visam diminuir as tensões existentes nas regiões agrícolas, principalmente entre os que trabalham a terra sem esperança de possuí-la. Do mesmo modo, as populações urbanas marginalizadas, que desejamos ver diminuídas, são terreno fértil para a propagação de idéias incompatíveis com nossa formação, mas que proliferam como ervas daninhas entre os contingentes sociais sem perspectiva econômica, que se frustram socialmente e se revoltam à primeira fagulha.

Esse programa abriria também oportunidade ao grande número de moradores de grandes cidades que desejam viver e trabalhar no campo, conforme apurou recente pesquisa realizada em São Paulo,

Apicultura, fruticultura, cultivo de hortaliças, criação de aves e que são pequenos animais são atividades que podem ser desenvolvidas em pequenas propriedades, sem grande empate de capital.

Um outro aspecto é a abertura de mais oportunidades de trabalho para profissionais urbanos junto aos núcleos rurais, com a dinamização da medicina dentro da economia agrícola.

Pesquisa realizada há pouco tempo sobre a interiorização da medicina, demonstrou uma coincidência entre a presença de médicos e de agências do Banco do Brasil. Isso significa que existem profissionais dispostos a ir trabalhar nas pequenas comunidades, desde que haja disponibilidade de recursos para remunerar seu trabalho.

Uma oportunidade e mais de vida realmente humana para todos, no campo e na cidade, fortalecimento dos pequenos núcleos urbanos junto às comunidades rurais, menor pressão social sobre os grandes centros é o que todos os brasileiros têm a ganhar com a adoção do programa de financiamento da propriedade rural. Justiça social e uma verdadeira democracia dentro dos princípios cristãos serão os ganhos maiores, garantia de paz e prosperidade para todo o nosso povo".)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a idéia está lançada, a idéia está divulgada, a idéia será encaminhada a quem de direito, a quem tem responsabilidade. Esperamos que ajam até com responsabilidade e saibam levá-la adiante, para que ela se concretize, para o bem deste País e para o bem do povo.

O SR. BASILIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte?

Assentimento.

Deputado Osvaldo Macedo, V. Exa. traz ao conhecimento desta Casa, assunto de alto interesse de todo o Estado.

Nós que convivemos com Nivaldo Kruger, aqui, cerca de dois anos, conhecemos perfeitamente a sua dedicação ao trabalho e às coisas do Paraná.

Eu queria ao cumprimentar V. Exa. em trazer a esta Casa documento de grande valia que este mesmo documento somente fosse encaminhado às autoridades referidas por V. Exa. nas suas primeiras palavras em seu discurso após este mesmo docu-

mento ser distribuído a cada um dos Senhores Deputados.

Queria oferecer esta minha sugestão, ao seu requerimento na oportunidade em que reitero meus cumprimentos a V. Exa. e também as minhas congratulações ao eminente Prefeito Nivaldo Kruger.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço o aparte de V. Exa.

Só gostaria de ponderar ao nobre Deputado, da impossibilidade de que deixemos para discutir este requerimento em data posterior, visto que as sessões estão se encerrando.

O SR. LÁZARO DUMONT — V. Exa. permite um aparte?

Assentimento.

Nobre Deputado Osvaldo Macedo, sinceramente, não surpreende este documento apresentado pelo ex-Deputado estadual e atual Prefeito Nivaldo Kruger, porque desde o início das nossas atividades, nós já mantínhamos relações de amizade com o Prefeito e sabemos da sua dedicação e da sua preocupação com os problemas rurais,

Mas, sinceramente, eu não poderia de maneira alguma, deixar de manifestar o nosso aplauso e a nossa solidariedade a este documento, inclusive desta solidariedade inteiramente com V. Exa. quanto à necessidade da urgência deste documento, pois o movimento sindical de trabalhadores rurais não só no Paraná mas brasileiro, alguns anos vem lutando e V. Exa. sabe disso, para que seja realmente estendida esta finalidade na aquisição de terras e além desta medida que nós também estamos solicitando, que fizemos o nosso coro. Outra medida importante, é que o BNH estude uma forma também de financiamento sem a correção monetária, que se empregue na cidade, mas com juros capazes do lavrador poder pagar, também para a construção de moradias principalmente para pequenos lavradores. Coloco esta sugestão no movimento sindical.

O SR. OSVALDO MACEDO — Eu agradeço ao Sr. Deputado

Lázaro Dumont, mas como dissemos V. Exa. acrescentou idéias novas, e no estudo mais alentado desta sugestão.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte?

Assentimento)

V. Exa. já é de direito, o líder de nossa bancada, e deverá passar a exercer o cargo de V. Exa. nestes próximos dias, mas não é por este motivo, mas sim pelo conteúdo do assunto focalizado por V. Exa. que eu pediria que V. Exa. fizesse este pronunciamento em nome de nossa bancada. Em nome da liderança da nossa bancada. Não só pelo conteúdo, mas também se prestar uma justa homenagem ao autor, ex-Deputado desta Casa e homem para o qual as questões sempre foram uma permanente preocupação.

Congratulo-me com V. Exa. uma vez mais, pelo brilhantismo com que V. Exa. apresentou esta sugestão de nosso eminente Prefeito Nivaldo Kruger. Obrigado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Obrigado, Deputado Muggiati Filho, mas é preciso acrescentar que de todas as leis que se fizeram neste País até agora, para buscar soluções ou com a pretensão de oferecer solução ao problema agrário, nenhuma chegou ao ponto a que se precisava chegar.

Pela primeira vez golpeia-se na jugular; pela primeira vez atinge-se o nó Górdio da questão.

Mas, Sr. Presidente, para encerrar, encaminho à Mesa, para apreciação do plenário, um requerimento nos seguintes termos:

(Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviada cópia do trabalho elaborado pelo Prefeito Nivaldo Kruger e entregue à Federação de Agricultura do Paraná no qual propõe estudo "visando criar um debate grande e frutífero sobre o problema dos contingentes humanos que, sem condições de sobrevivência na zona rural, procuram os grandes centros, onde se marginalizam," ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura,

Secretário de Agricultura, Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e às bancadas federal da Arena e MDB na Câmara e Senado Federal.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) Trajano Bastos."

Era isto, Sr. Presidente e obrigado

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conform e avulso distribuído aos Srs. Deputados:

A Mesa comunica à Casa que houve um equívoco na elaboração da Ordem do Dia, quando o projeto que está em votação em 2ª discussão foi colocado após alguns projetos que estão também em discussão.

Nestas condições o projeto nº 1 da Ordem do Dia, em votação em 2ª discussão, é o Projeto de Lei nº 143/75. Os outros serão na ordem em que se encontram.

Sobre a mesa, requerimento de autoira do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, nos seguintes termos:

(Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais e ouvido o plenário, requer a inversão da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões 22 de dezembro de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL".

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 187/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 150/75 encaminhando anteprojeto que dispõe sobre a lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO. artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 185/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 147/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a transferência do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, para a União Federal. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 203/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 159/75, que nega aprovação ao Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Cianorte, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer da CCJ. Em regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 252/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 334/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando reparos em prédios que especifica, na sede daquela comuna. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 251/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 321/75, que aprova Termos de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual Presidente Bernardes, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 250/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 306/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguai, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 249/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 305/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo Antonio do Caiuá, visando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 248/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 280/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Dois Vizinhos, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquele município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 247/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 263/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Roncador, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Carneiro, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 246/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 250/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Astoga, objetivando execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 245/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 240/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ubatã, objetivando execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino da sede daquela comuna. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 244/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 239/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de São João, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar do mesmo nome da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 243/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 237/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Marilena, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 242/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 231/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o

Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 230/75, quem aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando execução de reparos e melhorias em diversos prédios de estabelecimentos de ensino naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 226/75, que aprova convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de Campo do Tenente, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia Local, mediante dotações que especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 239/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 223/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, objetivando Cooperação Técnica para implantação da Região Metropolitana de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 238/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 163/75, que nega aprovação ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Paranaguá, que objetivava dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do referido município. Parecer da CCJ. Em regime de urgência. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 237/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Realiza, objetivando ampliação e melhorias no prédio da Unidade Sanitária da sede do referido município. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 236/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Administração de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria do Interior e o BNH, com finalidades que especifica. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 236/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 234/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Pérola, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 233/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Piçurrui, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 232/75, que

aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cecília do Pavão, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais, para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 231/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança e do Interior, com o município de Iguaçu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 230/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Ivatuba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Clóvis Beviláqua, do referido município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 229/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 228/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Iupionópolis, objetivando elaboração de projetos de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 227/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 226/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 225/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Paraná, objetivando execução de obras e combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 224/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paranavai, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 223/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Indianópolis, objetivando execução de reparos e obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 222/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Izabel do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à

erosão, na sede do referido município.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 221/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 220/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 219/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 218/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Tamboara, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 217/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Iguaçu, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 216/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 215/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Porto Rico objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— APROVADO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 214/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Altônia, objetivando execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São João. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 213/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Clevelândia, objetivando ativar o Fomento Agropecuário na REGião, através de Feira Exposição, proporcionando melhoria da produção da produtividade.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 212/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e da Secretaria do Interior, com o município de Barra do Jacaré, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede do referido município.— APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 211/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Flórida,

objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Ginásio Estadual, da sede do referido município.— APROVADO.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 143/75, de autoria do Poder Executivo, ofício 256/75, encaminhando mensagem 89/75, que com vistas ao novo Código de Organização Divisória Judiciária do Estado do Paraná, objetiva criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado, Pareceres favoráveis da CCJ. E CRH. Emendas da CCJ. CF e de PLENÁRIO.

Sobre o Projeto de Lei 143/75, existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, nos seguintes termos: (Lê)

Senhor Presidente.

Requeiro que a apreciação, em 2º turno, do Projeto de Lei 143/75, se faça mediante escrutínio secreto, na forma autorizada pelo Regimento Interno.

Em discussão - Encerrada a discussão - Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem).—

Sr. Presidente, nós concordamos com o requerimento de autoria do Deputado Accioly Neto, com uma ressalva. Que permaneça no recinto das reuniões, as estenógrafas e a imprensa.

O SR. PRESIDENTE — Se a sessão se torna secreta, ninguém pode permanecer, nem o som, nem os assessores da mesa, muito menos as estenógrafas e os jornalistas.

“Artigo 91 - Para realizar a sessão secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto, todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados da Casa e os encarregados do serviço de debates e estenografia.

Parágrafo Primeiro - Reunida a Assembléia em sessão secreta, deliberar-se-á preliminarmente, só o assunto deve ou não ser assim tratado e conforme o resultado, a sessão continuará secreta ou se tornará pública.

Parágrafo segundo — Antes de encerrar a sessão secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos os seus debates e deliberações ou constar da Ata pública.

O SR. PRESIDENTE — (Lendo)

§ 3º — As Atas das sessões secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a sessão, assinadas e reubricadas é pela Mesa, fechadas em invólucris pelos 1º e 2º Secretários, com a data da sessão e recolhidas ao arquivo da Assembléia.”

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem).—

Sr. Presidente, o dispositivo lido por V. Exa. é exposto com relação aos funcionários da Casa e nós o acatamos neste aspectos.

Porém, em razão do assunto, mantemos nosso ponto de vista de que seja aprovado com a ressalva, a fim de que os jornalistas credenciados assistam a reunião.

O SR. PRESIDENTE — São os jornalistas que transmitem e, portanto, deixa a sessão de ser secreta.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem)-

Sr. Presidente, inicialmente estivemos favoráveis ao requerimento do Deputado Accioly Neto.

Entendemos que, realmente, a matéria, é polêmica, e talvez, a discussão de determinados aspectos contidos no ante-projeto de lei devessem ficar restritos ao conhecimento da Casa.

Todavia, também, estava para dirigir a V. Exa. um apelo no sentido de que a imprensa credenciada assistisse a sessão.

Se V. Exa. entender que será impossível realizar a sessão secreta com a presença da imprensa, então, forçosamente, votarei contra o requerimento Deputado Accioly Neto.

Isto seria carregar o direito da imprensa em fazer a cobertura dos trabalhos desta Casa.

Temos primado pela presença da imprensa neste Poder, razão pela qual endossamos o apelo do Deputado Muggiati Filho no sentido de que se faça a sessão secreta, porém com a presença da imprensa, o contrário a sessão será normal.

O SR. PRESIDENTE — A sessão é secreta ou não é. Não há meio termo. Ela será secreta somente com os Srs. Deputados.

Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela Ordem) —

Sr. Presidente, indaguei de V. Exa. se pode ser transformado ser o pedido original, de "sessão secreta", em votação "votação secreta"?

Consultaria da viabilidade desse processo.

O SR. PRESIDENTE — Evidente que há viabilidade, nobre Deputado, a Mesa aguardará requerimento de V. Exa.

Seria votação secreta?

Quero somente alertar o nobre Deputado, que a votação secreta será feita, emenda ou emenda.

O SR. ACCIOLY NETO — Porisso perguntei da viabilidade.

O SR. PRESIDENTE — Viabilidade há.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, temos a impressão de que a solução seria melhor, desta forma.

Bôs não temos contrangimento algum, pessoalmente constrangimento algum em relação à votação da matéria porque o nosso voto está declarado, já está antecipadamente declarado, por escrito. Mas se reconhece e é forçoso que se reconheça que existe, neste recinto, legisladores, sob certa coação, e eu tenho a impressão de que a votação de qualquer matéria não pode sofrer qualquer forma de constrangimento.

O SR. PRESIDENTE — A mesa aguardará o requerimento.

Aceita, mas aguarda.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A respeito de todo este problema levantado pelo ilustre líder da bancada do MDB, Deputado Muggiati Filho, dizendo que os Srs. Deputados estão sob forma de coação, eu quero discordar porque nós não somos uma plêiade de homens sem alma; nós a temos, embota uns com mais, ou menos tirocinio, embora uns seguindo Rui Barbosa, outros Sócrates, outros Aristóteles, todos, que aqui estão não poderiam ser coagidos, porque então seríamos homens sem formação, homens sem dignidade.

Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, e ao Deputado Muggiati Filho, que seja retirada a palavra "coação", porque nós somos independentes os Deputados das duas bancadas. Impossível coagir homens que vieram a esta Assembléia com o voto do povo, com a votação do referendo popular.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem). —

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece evidente que o nobre Deputado Gabriel Manoel bateu em porta errada, porque, eu estou apenas dando apoio a um dos Deputados mais ilustres da sua bancada. A iniciativa não foi minha, teve a meu apoio, o ilustre Deputado Accioly Neto.

É proposição que se discute e que se está votando e eu tenho outro entendimento do que seja constrangimento. O meu entendimento é diferente. Tomo a liberdade de dissemir da judiciosidade de apreciação ou de definição do que seja coação legal ou extra legal por parte do Sr. Deputado Manoel Gabriel, mas dentro daquilo que eu entendo como constrangimento, eu senti e realmente sinto este constrangimento, tanto assim que dei apoio ao requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, de modo que eu não recebo, porque para as observações

do nobre Deputado Gabriel Manoel a porta está fechada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa continua aguardando o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) —

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. encaminhará o requerimento? O requerimento não chegou a Mesa.

O SR. ENÉAS FARIA — Pedi a palavra para definir uma posição pessoal. A Casa conhece a posição que adotei, em relação à matéria e abertamente votei e tenho votado na Comissão e no Plenário pelo projeto original. O entendimento que me leva a isso é de outra natureza e não me cabe aqui e agora declinar. farei, se preciso for, no momento oportuno, mas tenho votado pessoalmente e, Sr. Presidente, desta maneira e inclusive fui honrado me acompanhar nesta votação pelo nobre líder do meu Partido, eminente Deputado Muggiati Filho e apenas mais um deputado, que quero crer foi o Deputado Basílio Zanusso que também publicamente, diversificando de toda posição da Casa nos mantivemos, votamos pelo projeto original. É inegável, Sr. Presidente, que está havendo um pressionamento. é inegável, Sr. Sr. Presidente, que está havendo, de certa forma, uma coação neste plenário e não digo isto com revolta nem com indignidade, porque entendo que a pressão e coação é legítima, cabe ao parlamentar, ao legislador que tiver a coragem de buscar a representação, cabe a ele fazer pressão, coação e a avaliação da pressão, da coação da reivindicação que recebe e é correto ou incorreto aí adotar a sua posição. Quero deixar claro, em homenagem ao ilustre Deputado da Arena, Sr. Accioly Neto, que me prontifiquei a votar favorável à proposição de S. Exa. que se houve brilhantismo na condução da questão na Comissão de Constituição e Justiça, a qual preside e que, tanto aqui neste Plenário, como também na Comissão, oferecer outra tangente para que este Casa pudesse, com maior liberdade e com maior isenção, pronunciar-se a respeito do assunto. Quero, Sr. Presidente, quero eminentes Deputados, lançar a minha maneira de proceder: eu voto, votarei pelo Projeto original, e continuarei assim votando.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação do Projeto de Lei 143/75.

Está em votação o requerimento do Sr. Deputado Accioly Filho.

Só a votação. É que V. Exa. tem crescido tanto que eu o confundo com seu augusto pai. (Palmas).

Continua em votação o requerimento do Sr. Accioly Neto.

Propõe votação secreta para o Projeto de lei 143/75 e suas emendas.

O SR. GABRIEL MANOEL (Para encaminhar a votação). —

Sr. Presidente, queria dizer a V. Exa. que quem poderia estar coagido neste momento, seriam companheiros nossos vinculados ao Tribunal de Justiça.

Não temos nada a ver, não somos advogados, não temos Cartórios. Talvez os papéis estejam invertidos.

Agora, os Deputados que por acaso se sentirão coagidos, são os que têm ligação com o egrégio Tribunal de Justiça, que respeitamos.

Mas nosso Poder também deve ser respeitado.

Falam da tribuna que somos um Poder livre, que estamos procurando ser valorizados.

Nós, Deputados, humildes, só temos compromisso com o povo.

O poder de coação deve ter vindo do Tribunal de Justiça e não para cima de nós, que não somos Promotor Público e nem temos Cartórios.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento do Deputado Accioly Neto. Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, no meu entender, se é que vale, se em primeiro turno votamos abertamente, não vejo por que, nesta oportunidade, não se repetir o que ocorreu na última quinta-feira.

Porisso quero declarar meu voto contrário, em que pese o respeito que tenho ao Deputado Accioly Neto, ao seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE) Continua em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, por uma questão de resguardo de posição de um projeto de tanta envergadura como este e com o exemplo registrado em sua primeira votação, quando da falta de observância da leitura de um item constante do projeto por se tratar de uma emenda apresentada, este plenário votou sem conhecimento da matéria, quero declarar meu voto. Sou favorável ao requerimento do Deputado Accioly Neto.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação

O SR. JURANDIR MESSIAS (PARA Encaminhar à votação)

Sr. Presidente, apenas a título de esclarecimento, é do conhecimento de V. Exa. e dos nobres Pares, que este Deputado é Serventuário de Justiça.

Portanto, é a minha profissão, antes de chegar a esta Casa. Mas, entende este Serventuário e atualmente Deputado Estadual, que acima de tudo tem a obrigação de atender e de prestar seus serviços à comunidade.

Relevo, portanto, nesta Casa e nesta Assembléia, a minha profissão de serventuário da justiça, vitalício, concursado, para me pôr ao lado do povo e ficar com ele, porque sou também autor de emendas neste anteprojeto de lei.

Votarei com os nobres Pares que ofereceram suas emendas com os colegas que propuseram emendas, votarei com todas elas e não tenho nada contra, e nem quero me indispor com o Tribunal de Justiça. Cumpro com minha obrigação de Deputado Estadual.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, pretendo no momento em que for posto em votação, a mensagem 143, fazer minha declaração de voto.

Com todo o respeito que tenho pelo eminente Deputado Accioly Neto, vou fazer a minha declaração de voto.

Tenho por obrigação votar contra o requerimento, porque o meu voto não será secreto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — EM Votação.

O SR. LÚCIO MACHADO) (Pela Ordem).

Sr. Presidente. Solicitaria à Mesa, que a votação seja nominal, do requerimento do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. deve apresentar o requerimento por escrito. A mesa aguarda o seu requerimento.

A Mesa alerta os Srs. Deputados, que sendo o Projeto de Lei 143/75 - matéria especial, as emendas foram apreciadas, as emendas e o projeto, em dois turnos. Já foi votado o primeiro turno. Hoje, será o turno definitivo. A terceira votação, será apenas em redação final.

Hoje, portanto, termina a votação do projeto e das emendas.

O SR. PRESIDENTE — Emenda ao requerimento do Deputado Accioly Neto, de autoria do Deputado Lúcio Machado, do seguinte teor: (Lê):—

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer seja procedido a votação do requerimento apresentado pelo ilustre Deputado Accioly Neto, com referência ao Projeto de Lei 143/75, seja submetido à votação nominal do plenário.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.—

a) LÚCIO MACHADO”

Em discussão - Encerada a discussão.— Em votação Rejeitado.

Em votação o requerimento do Deputado Accioly Neto que requer escrutínio secreto para votação do projeto e emendas APROVADO o requerimento.

Consequentemente, estará prejudicado o requerimento dos Deputados Deni Schwartz, que requeria votação nominal e Accioly Neto, que requeria sessão secreta.

Em votação o Projeto de Lei 143/75, e suas emendas.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar à votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Projeto de Lei 143/75, autoria do Poder Executivo Cria cargos que especifica nos serviços da Justiça do Estado, com vistas ao nosso Código de Organizações e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Declaração de voto em segunda discussão.

Defendi em primeira discussão, e fui voto vencido, a tese de que considero implícita no preceito constitucional do parágrafo 5º, do artigo 144, da Constituição Federal, repetido na Carta Estadual, em seu artigo 91, e regulamentado pela Lei Federal 5621, de 4 de novembro de 1970, a autorização para a criação dos cargos necessários ao foro judicial e extrajudicial pretendidos pelo projeto em estudo, sem envolver cargos de funcionários da Justiça.

No caso, a discussão se restringe à criação de cartórios do foro extrajudicial, como adiante se verá, após definidos os pressupostos em que assenta a presente, feita despretenciosamente, mas no firme propósito que tem seu modesto autor de não ser injusto nem ferir princípios constitucionais que sempre defendeu.

Preliminarmente, nos parece impossível uma análise material das necessidades de nossas comarcas e, em detalhes, da justiça Paranaense.

Mas, vem logo a pergunta: culpa do Poder Judiciário? , desde os primórdios da República o mais desassistido e desaparelhado dos poderes,

Carente de verbas porque não controle a bolsa, o que o Executivo faz diretamente e por via indireta o Legislativo, aprovando o orçamento”.

“No Brasil, o Judiciário comportou-se sempre como órgão mais técnico do que político, não foi, como nos Estados Unidos, a terceira Câmara, o Poder Constituinte em sessão permanente, como proclamou o Presidente Wilson, de tal sorte que o estudo da Constituição Americana e, em grande parte, o estudo das decisões e das opiniões dos Juizes.

1 (Lendo):

“A reforma do Judiciário, confiada desde o Governo Médici ao estudo e proposta do próprio poder, constitui parte essencial, urgente e de importância capital da alternativa política que se almeja para o País. Sem Justiça seria certa, célere, barata, igual para todos, não há Estado de Direito. Entregue, pois, a jurisperitos, cumpre aguardar com confiança, contribuição tão credenciada”.

Não vejo, pois, forma adequada para se estabelecer a reforma judiciária, tal como se acha preconizada, ao se fazer a reforma do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, como parece pretender o ilustrado parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, vale acentuar que o Poder Judiciário dispõe no Orçamento de 1976, de Cr\$ 174.605.000,00, enquanto o Poder Legislativo conta com Cr\$ 95.381.000,00 e o Poder Executivo com Cr\$. 6.055.114.000,00.

Só em divulgação oficial, o Governo do Estado gastará em 1976 Cr\$ 19.466.000,00, que correspondem a mais de 10 por cento dos recursos totais do Poder Judiciário e 20 por cento do global atribuído ao Poder Legislativo. E isso sem que se fale no empréstimo de Cr\$ 5.001.000.000,00 que esta Casa aprovou em favor do Poder Executivo, para contrair empréstimos ou obter financiamentos.

Como se vê, distribuída por 130 comarcas em todo o

Estado, a administração da Justiça, com minguadas disponibilidades, em que pese a sua transcendental importância, realiza um trabalho verdadeiramente patriótico, colocando-se o Poder Judiciário como o alicerce de nossas garantias constitucionais e direitos individuais, assegurando a estabilidade social.

AS LEIS FORMAIS E A INDEPENDÊNCIA DOS PODERES.

Cabe, portanto, o máximo de cuidado quando se procura interferir em matéria de responsabilidade direta, porque de sua administração, de outro poder.

Parece que não fui bem compreendido ao me referir ao aspecto formal da matéria em discussão: criação de cargos como decorrência do novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, que é elaborado mediante Resolução aprovada pela maioria absoluta dos membros dos Tribunais de Justiça dos Estados.

A questão de se fazer a distinção entre o conceito formal e material da lei, que é matéria intimamente ligada à independência e harmonia dos poderes, é explanada por Pontes de Miranda, que ensina (Regista de Direito Público, vol 20, pág. 21):

“Nem tudo o que o Poder Legislativo elabora é lei. O fato de se haverem imposto a certos atos do Estado o processo e as cautelas da elaboração da lei não faz lei tudo que obedeceu a esse processo e a essas cautelas. A arte política foi obrigada a tais extensões da técnica legislativa, mas o Poder Legislativo toma deliberações que não são, em sentido próprio, leis. Daí os dois conceitos de lei - o formal, que faz lei tudo que resulta dos órgãos legislativos mediante o processo legiferante, conceito tão disparatado quanto o que fizesse judiciais todos os atos dos juizes tribunais; e o material, que somente considera lei a regra jurídica. O que a Constituição faz, quando conclui atribuição que não é legiferante. (jurisferante), nas atribuições do Poder Legislativo e a submete ao mesmo rito, é impor a feitura à semelhança da legislação, em forma de lei.

A opinião corrente, um pouco sacrificada por seu apego à história dos tributos, considera não-leis o orçamento (em que se não criam tributos); o orçamento não é lei, é ato político de previsão e fixação de despesas; a lei tributária é lei, porque é regra geral e por deliberação do próprio corpo legislativo. Orçamento é lei, em sentido formal.

A extensão do processo da competência do Poder Legislativo prende-se à democracia, à tendência a destruir os retos do absolutismo, que a burguesia liberal, ao Século XIX, combatera. O que havia de ser lei e o que pertencia à representação popular passaram a ser em forma de lei, inclusive simples resoluções administrativas.

Mas qual é overdadeiro conceito material de Lei? Uma das definições mais correntes é a que se traduz na de Gerhard Anshultz: norma de direito, em que o Estado se dirige aos seus governados para fixar entre esses e ele os limites do permitido e “o que se pode fazer”, pois é qualidade de toda a lei, em sentido material, por limites à liberdade pessoal.”

Entretanto, próprio Pontes julga falha a definição de Gerhard Anshultz, visto como “a lei (continua o mestre) não é só o que permite as invasões no terreno da liberdade, concepção da lei inimiga tolerada; ela é também o que estende para além dos marcos, a própria liberdade e os direitos dos indivíduos. Não é só garantia criada pela democracia; é também meio de se exercer imediata e diretamente, a favor do homem quicá dos próprios animais - a atividade do Estado, a técnica social de criação. A obra dos chineses, nos últimos decênios, é exemplo enorme”.

“Se o Poder Legislativo central entendeu que o Território deve ser erigido em Estado, a lei em que o decreto será lei em sentido formal. Mas o ato legislativo em que se assegure a

autonomia dos Municípios dos Territórios é lei em e sentido material”.

Em verdade, pois, no Código de Organização e Divisão Judiciários do Estado, o Tribunal de Justiça, pela maioria de seus membros, dispõe sobre os serventuários e os funcionários da Justiça, estabelecendo-se-lhes as condições para o concurso, nomeação e posse, remoções, promoções e permissas, fixando-lhes as atribuições e substituições, a aposentadoria, os direitos e as garantias, ou deveres e as sanções; dispõe, ainda, sobre a nova Divisão Judiciária, a criação e classificação das comarcas, as seções judiciárias, os distritos judiciários, fixando o número de juizes em cada comarca e estabelecendo os ofícios de justiça do foro judicial poderão ser desmembrados, anexados a título precário, ou desanexados, tendo em vista a peculiaridade dos serviços forenses e o interesse da Justiça, tendo-se estatuido também que “os ofícios de justiça não serão providos a título de propriedade, respeitados os direitos adquiridos dos art. 204”.

AS EMENDAS QUE FEREM O PRINCIPIO DE HARMONIA ENTRE OS PODERES

Ora, já se acham incluídos na nova divisão judiciária os cartórios cuja criação se negou em primeira discussão, em atos que para mim se filiam no conceito formal da Lei.

1 Assim, a emenda n.11, do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, impede a criação do 2.º Tabelionato de Notas na Comarca de Guairá;

Merece destaque, outrossim, a aprovação de duas outras emendas; a Emenda 21 do Deputado Luiz Roberto Soares que suprime o artigo 16 do projeto, no qual a douta proposição estabeleceu a extinção do Ofício de Registro Civil de Casamento acumulando as funções de escrivania de Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios, do distrito da sede de Curitiba.

Fácil de se aquilatar do gravame causado ao Projeto e à Nova Divisão Judiciária, com a aprovação de tais emendas, vindo causar problemas à primeira vista insolúveis; pois mutilam os objetivos codificados com relação a tais cartórios, ao mesmo tempo em que criam diversos no aro.

Justo, pois, que o critério de que quem pode o mais pode o mesmo - seja aplicado em favor do Poder Judiciário.

Argumentou o eminente Deputado Accioly Neto que tal dispositivo aplica à discussão vertente.

Não é isso o que afirma o não menos ilustre Pontes de Miranda, em seus Comentários à Constituição Federal, ao focalizar a norma citada:

“O Art. 108, § 4º, somente se refere à criação de cargos para funcionários públicos do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, quer federal, quer local”.

Ora, em seu artigo 157, o Código de Divisão e Organização Judiciárias estatui claramente a diferenciação específica entre serventuários da Justiça e funcionários da Justiça, com relação aos servidores que desempenham os serviços auxiliares do Poder Judiciário.

Os funcionários da Justiça são os servidores que constituem os quadros próprios dos Tribunais de Justiça e de Alçada (integrantes das diversas categorias, lotados nas secretarias dos referidos tribunais, os auxiliares de cartório, os oficiais de justiça, os comissários de vigilância, os porteiros de auditório e os serventes lotados nas Varas).

Pretendi nos debates anteriores, apenas, estabelecer a diferença entre os conceitos formal e material da lei.

Sequer duvidei de que o Poder Legislativo, de que me honro de integrá-lo como membro, prescindia de “poderes” para recusar a proposição, por inteiro.

Afirmar, aqui, isso sim, que as emendas devem ser analisadas sob o princípio de harmonia e independência dos poderes que é a sustentação dos verdadeiros regimes democráticos.

Reitero agora as razões em que assentam tais princípios,

com os esclarecimentos necessários de ordem doutrinária.

E faço, inclusive, como Líder da Bancada do MDB, embora se trate de questão declaradamente aberta, mas, tendo em vista a importância da matéria em debate e a fim de que, de futuro, quando as responsabilidades forem arguidas, em razão das injustiças e dos erros que se pratiquem, não possa alguém alegar a omissão do líder da Bancada de um Partido que defende aguerridamente a intangibilidade do Poder Judiciário.

Entendo, pois, pelos preceitos constitucionais expostos, que, sem dispor dos elementos materiais necessários a um acurado estudo do Projeto; sem que se possa ignorar que toda a matéria enfocada é pertinente, na sua parte administrativa, ao Poder Judiciário; sem desconhecer que o Poder Judiciário abriu suas portas para o diálogo com o Poder Legislativo antes da aprovação do novo Código de Divisão e Organização Judiciárias, tendo mesmo acolhido várias sugestões de variadas fontes; sem que se possa negar a evidentíssima contradição verificada na aprovação das emendas, em primeira discussão, quando, além dos exemplos apontados, foi também negada aprovação à emenda que suprimia a criação do 2º Ofício de Protesto de Títulos de Londrina, mas aceitou-se a emenda supressiva do 2º Ofício do Cartório de Protestos de Maringá, invertendo a posição também injusta, anteriormente adotada pela Comissão de Constituição e Justiça; e sem nenhuma justificação de alta

relevância existindo para impedir a criação de qualquer um desses Cartórios, as emendas jamais poderiam ter acolhimento.

Os Ofícios suprimidos obedecem a uma regra de raras exceções adotada pelo novo Código, com relação ao foro extrajudicial das Comarcas de entrância intermediária.

Não vejo nenhum motivo de ordem pública em favor das emendas, ou que fosse superior à pretensão criadora do Projeto.

Entendo que as emendas mutilam o Projeto, arrastam o Poder Legislativo para uma responsabilidade que não lhe será fácil justificar em futuro próximo, além da clamorosa injustiça de estabelecer um privilégio em Maringá, com a manutenção de um único Ofício de Protesto de Títulos numa das mais movimentadas Comarcas do Estado, cuja cidade é considerada de excepcional crescimento industrial e comercial. Seria o mesmo que restringir o de Londrina.

E acredito também que cada Estado deve adotar critérios próprios a sua divisão judiciária, conforme lhe faculte a Carta Magna: num País extenso como o Brasil, os costumes e as praxes judiciais ou extrajudiciais variam, e por vezes muito, de um para outro Estado.

E na ausência de outros elementos de convicção, que pudessem se sobrepor à tese de que, implicitamente, o Poder Judiciário se acha autorizado a criar tais cargos, que entendo como lei em seu conceito formal, nego aprovação às emendas apontadas, em segunda discussão, por ferirem o princípio de harmonia entre os poderes, por impedirem o integral cumprimento do preceito constitucional que atribui ao Judiciário a elaboração de seu Código de Divisão e Organização Judiciárias, mediante Resolução do Próprio Poder, e por virem a estabelecer uma flagrante injustiça, em relação aos Ofícios de Justiça das demais Comarcas do Estado, as quais, em condições idênticas, não seriam objeto desse favorecimento por parte do Legislativo, notadamente quanto às desanexações de cartórios, que não passam pela esfera legislativa.

Parece-me que este caminho somente viria engrandecer o Poder Legislativo, tornando-o qualificado pela austeridade de que se revestem suas deliberações, adotadas acima das paixões partidárias, mesmo quando se sabe que o voto de cada um, aqui, não é meramente pessoal, mas representa uma opinião coletiva, colocando-se, também, sobre todo e qualquer interesse alheio ao cumprimento da lei".

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, inicialmente para afirmar, e com

toda a convicção que este Poder tem competência para emendar projetos ou anteprojetos de lei que sejam reservados quer ao Poder Executivo, quer ao Poder Judiciário. Antes, porém, há necessidade de se fazer a qualificação de um problema colocado pelo Deputado Muggiati Filho, no que diz respeito a uma aparente contradição perpetrada por esta Assembléia, com referência a uma emenda supressiva do artigo 16 da mensagem, emenda do Deputado Ivan Rüppel, que esta Assembléia deu seu assentimento em 1ª discussão, aprovando que o acervo do Cartório a ser extinto seja transferido para um dos Ofícios de Casamento, cujo número não me lembro.

A classificação é necessária para que não se argua para que este Poder haja contraditoriamente. Ocorre que o Código de Organização Judiciária, aprovado por Resolução interna do Tribunal de Justiça, em um de seus artigos, já suprimiu o atual Cartório de Casamentos. E o fez fundado na competência que lhe é exclusiva e própria, de remanejar como bem entender, os ofícios e os órgãos auxiliares da Justiça. Portanto, não há contradição entre a emenda supressiva do artigo 16 e a emenda aprovada do Deputado Ivan Rüppel.

Todavia, o que mais me impele a ocupar esta tribuna, é para declarar que esta Assembléia não está extravasando de sua competência e não cometendo nenhuma inconstitucionalidade ao apresentar emendas à mensagem do Poder Executivo, ora em votação. E não está, nem por implícita disposição, como quer, militando em tese oposta, o nobre e culto Deputado Muggiati Filho, mas sim, não está cometendo nenhuma inconstitucionalidade em razão das expressões claras e inequívocas do texto constitucional.

O artigo 57 da Constituição Federal dispõe que "é da competência exclusiva do Presidente da República, a iniciativa das leis que:

- I — disponham sobre matéria financeira;
- II — criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;
- III — fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas;
- IV — disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal, bem como sobre organização judiciária, administrativa e matéria tributária dos Territórios;
- V — disponham sobre servidores públicos da União, seu regime jurídico provimento dos cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de militares para a inatividade; ou
- VI — concedam anistia relativa a crimes políticos, ouvido o conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

a) nos projetos cuja iniciativa seja da exclusiva competência do Presidente da República; ou

b) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais".

Fica claro que se a Constituição veda apenas as emendas que implicam aumento de despesa, em "contrário sensu" está autorizando aquelas emendas que não implicam em aumento da despesa prevista.

Diz o constitucionalista professor da venerável Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o professor Manoel Gonçalves Pereira Filho "muito se discutiu se todo e qualquer projeto de lei poderia sofrer emendas no Congresso Nacional. A dúvida tinha razão de ser. De fato, o titular do poder de emendar é sempre um congressista, ao passo que, por força de reserva, é excluída a iniciativa parlamentar em várias matérias.

A dúvida tinha razão de ser.

De fato, o titular do poder de emendar é sempre um congressista, ao passo que por força da reserva, é excluída

a atuação do parlamentar em várias matérias.

Ora, decidiu certa feita o Supremo Tribunal Federal que "o poder de emendar, é colorário do poder de iniciativa".

De modo que não poderia apresentar emenda quem não pudesse propor o principal (Revista Forense 165/166). Disso decorreria logicamente, a inadmissibilidade de qualquer emenda a projeto decorrente de iniciativa reservada, seja do Executivo, seja do Judiciário.

Contra esta tese, argumentavam muitos que, podendo o Congresso Nacional rejeitar o projeto oriundo de iniciativa reservada, ou seja, podendo ele o mais poderia também o menos, isto é, modificá-lo.

A Constituição vigente admite a apresentação de emendas nos projetos de iniciativa reservada, desde que não aumentem a despesa prevista. Segue portanto a linha traçada pelo Ato Institucional de 09 de abril de 1964 — art. 5º, reiterada pelo de número 02, de 27 de outubro de 1965 — art. 4º, parágrafo único. Assim, hoje não mais cabe discussão.

Desde que as emendas não aumentem a despesa globalmente prevista, é ela cabível.

A atual Constituição estendeu a regra à iniciativa reservada a outros órgãos que não o Presidente da República. Com isso, a Constituição permite a ingerência de parlamentares na própria organização dos serviços administrativos dos tribunais federais, o que não parece justificado. Ao contrário, para a independência e certamente para a melhor qualidade dos serviços conviria denegar-se esta intervenção.

É perfeitamente legítima a capacidade emendativa do Congresso, vale dizer das Assembléias Legislativas Estaduais. Mas, afora, o comentário judicioso, segundo me parece do, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, também, o insigne Jurista, Alcino Salazar no seu Poder Judiciário, base para reorganização diz claramente:

"Dependerão de Leis estadual, mediante iniciativa do Governador, as resoluções dos tribunais de Justiça que implicarem em disciplina do regime jurídico do servidor, forma a condições de provimento de cargos e condições para aquisições de estabilidade."

Aí, se referiu à competência do Tribunal Estadual para dispor sobre a organização e a Divisão Judiciária, em benefício do Poder Legislativo, quanto ao regime de disciplina dos servidores, condições de provimentos de cargos e de aquisição de estabilidade.

Ainda, comentando a possibilidade de emenda por parte do Poder Legislativo, continua o Prof. Alcino Salazar:

"E com relação aos Estados ainda a Lei Federal número 5620, de 04/11/70, que regulamenta o Artigo 144, § 5º da Constituição, submeteu à determinadas condições, o exercício pelos Tribunais de Justiça, da atribuição de dispor sobre a Divisão e Organização Judiciária. Entre estas condições, estão, a da obrigação de remessa ao Governador do Estado, das Resoluções de implicar em disciplina do regime jurídico dos servidores e condições para aquisição de estabilidade.

Delimitou e subordinou, a determinados critérios da Divisão e Organização Judiciária. Vê-se aí nesta intervenção da legislatura federal, o intuito de atender a irrecusável e manifesta conveniência de uniformizar as organizações judiciárias estaduais. Mas, o instrumento utilizado, a revisão das resoluções dos Tribunais pelo órgão legislativo local, além de subordiná-los a outro Poder...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que está finda a hora ou o tempo que dispunha, mas concedo mais dois minutos para que possa terminar o seu raciocínio.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado... além de subordiná-los a outro Poder ou aos dois outros poderes estaduais, o que não assegura a desejada uniformidade".

O que há, portanto, Srs. Deputados, é que lamentavel-

mente a Constituição Federal, decorrente da Emenda número 01 originada de forma pouco ortodoxa ou nada ortodoxa, pretendeu, talvez, intuitivamente, assegurar ao Poder Judiciário total e completa independência. Todavia, por disposição expressa assim não aconteceu, facultando o poder de emenda ao Legislativo.

Ainda, com relação ao mesmo assunto o professor Cotrin Neto em recentíssimo artigo publicado na Revista Legislativa do Senado Federal sobre a Organização Judiciária na emenda constitucional, faz uma série de considerações concluindo que a resolução a que se refere a norma constitucional é, segundo ele "uma resolução que tem apenas natureza regulamentar em que tais condições é imperiosa a edição de uma norma superior", aqui querendo se referir a uma norma formal o que contradita a tese levantada pelo eminente e culto Deputado Muggiati Filho de que se trata meramente de lei material.

A lei que ora se examina neste Poder tem todas as características de lei formal, até porque se assim não fosse entendendo não devesse ser encaminhada a este Poder.

Diz ainda o Professor Cotrin Neto "que, entretanto, elaborou-se norma constitucional absolutamente inédita em qualquer sistema jurídico que se tome por paradigma. E, realmente, se conferiu aos tribunais de Justiça dos Estados uma competência que diversificou as fontes geratrizes das leis geratrizes das leis formais".

Finalmente, pra encerrar, em livro público recentemente pelo professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, lê-se: "De fato dispois que nos projetos decorrentes de iniciativa reservada, não serão admitidas, apenas e tão somente, as emendas que aumentem a despesa prevista. A contrário senso, pois, autorizou o texto constitucional a apresentação de emendas a qualquer projeto de lei oriundo de iniciativa reservada desde que não resultem em aumento da despesa prevista no projeto".

A resolução a que se refere o texto constitucional teria assim caracteres de regulamento autônomo, o que é vedado pelo sistema constitucional brasileiro.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que entendíamos necessárias serem feitas neste momento. — (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação). — Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, para encaminhar a votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento ocupamos a tribuna, para encaminhar a votação da Divisão Judiciária. Neste momento falamos como Deputado e falamos como serventuário, porque não vejo qualquer incompatibilidade. Temos a certeza de que estamos votando conscientes, de acordo com o nosso pensamento.

Já ocupei a tribuna na defesa dos serventuários da Justiça quando fizemos um apelo para que se olhasse a posição dos inativos, eis que é uma vergonha, um serventuário da Justiça que depois de tantos anos de trabalho, depois de tantos anos de serviços prestados à coletividade, venha a receber aposentadoria irrisória. A conhecimento da Casa — a maior aposentadoria concedida a um serventuário da justiça, um serventuário da Comarca da Capital é de Cr\$ 2.268,00 e a menor aposentadoria é de Cr\$ 787,00. Não vamos falar em termos de custas, todos sabem como funciona. Há os que defendem, dizendo que o serventuário ganha muito dinheiro. Na realidade existem alguns cartórios que têm um bom rendimento, mas esquecem que, na maioria, são cartórios distritais, são cartórios pequenos, que lutam com grande dificuldade e muitas vezes não são nem reconhecidos.

Vem então agora, a Divisão Judiciária.

Como devemos nós proceder, no encaminhamento da votação?

A Lei 5621/70 regulamenta o artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal, às atribuições do Tribunal de Justiça, explícitas no artigo 115 da Constituição Federal, em que: cabe ao Tribunal de Justiça elaborar organização judiciária e a divisão judiciária, e encaminhar ao Poder Legislativo, através do Chefe do Poder Executivo, a criação de cargos e vencimentos.

Se toda atribuição hoje está regulamentada, e que é um poder, cabendo ao Tribunal de Justiça e cabendo ao Poder Legislativo a criação de cargos regulamentados pelo artigo 21 da Constituição Estadual, eu não vejo porque nós apresentarmos emendas, e assumirmos junto com um outro poder, a responsabilidade desta Organização Judiciária. Não vejo nenhum benefício, se num município existe um tabelionato, o atendimento às partes é de uma forma; se existem dois tabelionatos, o atendimento é outro, depende da maneira com que são tratadas as partes, para que o tabelionato tenha um bom movimento, o que traz um benefício à coletividade.

Por esse motivo, nós vamos votar e fazer a nossa declaração de voto, contrário a todas as emendas.

Poderia dizer então, que, um município se apresente, nesta divisão judiciária, à criação de mais um tabelionato ou de mais um cartório de registro de Imóveis; se o Poder Judiciário, de acordo com o artigo 331 da Organização Judiciária, fica com poderes para extinguir os distritos judiciários que se encontram vagos, se eles podem extinguir os cartórios, pode muito bem o Poder Judiciário, embora criado o cartório hoje, por esta Divisão Judiciária, pode muito bem não instalar este ano ou no ano que vem, porque esta Divisão Judiciária — que nós estamos votando — é por 5 anos. Então, o Tribunal de Justiça vai ver quando deve ser instalado, porque se houver necessidade da instalação daqui a 2 anos, ele instala; se for daqui a 3 anos, será instalado daqui a 3 anos. Então caberia à parte que hoje se julgue prejudicada, recorrer ao Tribunal de Justiça, para que não seja instalado o cartório, no seu município. Porque a renda não é suficiente, para dois cartórios.

Argumentaram sobre vários problemas, sobre Londrina, sobre Maringá e outras comarcas.

Vou dar um exemplo da comarca que tenho a honra de representar o município de Jandaia do Sul que não é maior do que essas comarcas. Foi criado lá também o Registro de Imóveis já lá, digo, já na Divisão Judiciária passada e que foi instalado o 2º Ofício de Imóveis. Então não vejo porque... —(É interrompido).

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. não apresentou emenda?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu esperava esta pergunta e vou responder com satisfação. Fui procurado pelo tabelionato de Jacarezinho, quando apresentou relatório do seu movimento, do seu Tabelionato, fazendo apelo para que apresentasse emenda suprimindo a criação do 2º Tabelionato. Fiz ver a este serventário, meu colega, de que era justo seu pedido baseado naquele movimento apresentado mas que viria em prejuízo de outros pedidos de supressão de cartórios em outras comarcas e que eu não poderia apresentar emendas. Ele insistiu para que fizesse a apresentação, sem compromisso de defesa da emenda, porque ele disse que teria quem defendesse em plenário esta emenda. Eu apresentei que na hora, quando apresentasse a emenda, eu não sabia que seria designado relator na Comissão de Finanças e quando fui relator apresentei voto contrário a todas as emendas, votando pelo projeto original. Foi este o motivo que apresente esta emenda de Jacarezinho e que não tenho vínculo político com aquele município, mas, a pedido do serventário, apresente esta emenda. (Um Sr.

Deputado solicita aparte). Não sei se no encaminhamento da votação é permitido aparte.

O SR. PRESIDENTE — Não é permitido aparte no encaminhamento da votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas, Sr. Presidente. Srs.

Deputados, quero encaminhar à Mesa requerimento nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo em vista o disposto na Lei 5621/70, que regulamenta o artigo 144 parágrafo quinto, da Constituição Federal e ainda, pelo disposto no artigo 115 da Constituição Federal, que define as atribuições do egrégio Tribunal de Justiça do Estado; e artigo 21 da Constituição Estadual, que enuncia as atribuições desta Assembléia, bem como, coerente com o meu parecer na Comissão de Finanças, quero consignar por escrito a minha declaração de voto, que é contrário a todas as emendas oferecidas ao Projeto de Lei 143/75.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975”.

— (Sem revisão do orador).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, a mesma condição do Deputado Gilberto Carvalho eu também faço minha declaração de voto, muito embora tenha este plenário deliberado pela votação secreta do Projeto e das emendas a ele apresentadas, porque sou, além de Deputado, serventário da Justiça e quero nesta oportunidade dizer que fui algumas vezes ao Tribunal de Justiça para conversar com os Srs. Desembargadores, integrantes da Comissão Especial que elaborou este anteprojeto de lei que ora discutimos, levando lá reivindicações e aspirações justas, em nosso entender, de municípios por nós representados. E devo confessar que as portas do Tribunal de Justiça nunca se fecharam às nossas visitas. Ao contrário, sempre fomos bem recebidos, ouvidos e atendidos. Outros Deputados desta Casa para lá também foram para discutir e apresentarem, não só reivindicações e solicitações, mas também sugestões àquela Comissão, que acatou muitas delas. Não somente Deputados, mas também Vereadores e Prefeitos, representantes de classe dos mais diversos municípios do Paraná, estavam no Tribunal com esta Comissão Especial, discutindo, sugerindo, solicitando interesses dos mais diversos, justos sempre, às comunas paranaenses.

Agora que se discute em segunda oportunidade este projeto, me manifesto que votarei pelo projeto na forma que veio, original do Tribunal de Justiça, na forma de mensagem do Governo do Estado.

Deputado Muggiati Filho, usou da tribuna para dizer de seu entendimento, num voto belíssimo e por escrito. Também, de maneira respeitável, falou o Deputado Luiz Roberto Soares de seu entendimento contrário às palavras do Deputado Muggiati Filho.

Enéas Faria, como nós, com posicionamento igual ao nosso, disse aqui do seu comportamento nesta votação.

Sr. Presidente, se o Deputado Muggiati Filho deu um voto mais jurídico, dou o meu sobre o aspecto político porque é preciso que se tenha entre esta Casa, entre este Poder e os demais Poderes, a melhor harmonia, que sempre existiu.

Tanto é que em meu entendimento acho que esta Casa não deveria apresentar, por falta de competência, emendas ao projeto e que não apresentei nenhuma, se possível, se pudesse, teria apresentado.

Assim sendo, entendendo, como foi dito em alguma oportunidade “Quem pode menos, pode mais”, se esta Casa votar cinco, sete emendas, poderia, da mesma forma, votar um número maior, alterando completamente a Organização Judiciária, á adotada pelo Tribunal de Justiça. Como ficaria, Sr.

Presidente, a nova Organização e futura Organização do Estado, se já votada pelo Tribunal Pleno?

Assim sendo e assim entendendo, faço minha declaração verbal de voto. Da maneira como veio, sob forma de Mensagem do Governo do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para uma declaração de voto)

Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto, porque acho que a Casa, que a Assembléia tem o direito de emendar ou não tem. Os entreguistas que fiquem para lá, os entreguistas que não emendem, os que se subjugam, que não emendem.

Os homens que têm coragem de enfrentar o Paraná, de enfrentar o Povo, que façam suas emendas, que façam prevalecer a soberania desta Casa.

São três Poderes distintos. Se vem uma Mensagem com todo o respeito, do Poder Judiciário e do Poder Executivo para esta Casa, referendada ou emendada, direi a V. Exa. nesta declaração de voto, que os entreguistas que entreguem. Covarde é o que se dá por vencido antes de começar a luta. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, tem a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais nada, é preciso que se defina o motivo pelo qual eu encaminhei um requerimento a Mes, peltendo a discussão e votação da matéria, que se fizesse em sessão secreta.

E não precisaria me alongar na justificativa deste requerimento porque, quero apenas referir, que felizmente em nosso País, tanto a Justiça quanto o Legislativo, realizam seus atos publicamente.

Ninguém conhece aqui, no próprio processo judiciário, que tenha sido secreto. Ninguém conhece que as votações todas em discussão no Poder Legislativo tenham sido secretas.

No entanto, o regimento interno do Tribunal de Justiça, com o nosso regimento interno, prevê em hipótese que as decisões a serem adotadas pelo Judiciário ou Legislativo, devam ser de forma secreta.

Isso não invalida o processo que está sendo apreciado e debatido, mas é preciso que se diga que esta nova lei de Organização e Divisão Judiciária, foi discutida e votada em sessão secreta do Tribunal Pleno, a qual ninguém teve acesso, porque era expressamente proibido.

Se eles podem secretamente, dentro do seu próprio Poder decidir sobre suas questões, porque nós legitimamente também não podemos secretamente discutir nossos problemas?

Portanto, eu não vejo neste requerimento nenhuma forma legal de fazer com que determinada decisão, deva ser pro interesse colocado sob prisma secreto.

Desejamos apenas, que em favor da própria harmonia aqui reclamada, e em favor também da opção de cada Deputado na votação, se possa ao final, se chegar a uma conclusão que talvez publicamente, jamais chegaríamos.

Muito se disse do propósito da tramitação do projeto, muita demagogia se fez aqui, quando se apresentava a emenda na Comissão e na outra, na qualidade de relator, em que dava parecer contrário. Se pensou mais nos interesses pessoais do que nos interesses da Justiça.

E no entanto há aqui alguns arautos que querem fazer com que nós Deputados sejamos taxados perante a opinião pública, como homens que ficam por dentro dos interesses particulares, quando a nossa obrigação é cuidar tão somente dos interesses públicos.

Eu não vou mais discutir o poder de emendar que nós temos. Exaustivamente, com o brilho da inteligência, tanto do nobre Deputado Muggiati Filho quanto do Deputado Luiz

Roberto Soares, já tornaram bem conhecidas suas idéias, a propósito do tema.

Mas, eu quero tão somente deixar marcado nos Anais da Casa que quando se trata da separação de Poderes, não se deve, com isso, fazer confusões no sentido de que esses Poderes não se interpenetrem. Que seria do Legislativo, que seria do Judiciário, se não fosse o Executivo, suprimindo-lhes financeiramente? E aí está, é intervenção direta e a mais séria das intervenções, porque ninguém poderá fazer justiça se não tiver aparelhamento adequado. E o aparelhamento só se obtém com o financiamento dado pelo Executivo.

Como legislador aqui nesta Casa, se não tivermos condições financeiras de manter equipamento e pessoal, capaz de atender nossas necessidades de trabalho? E aí está a intervenção direta e fulminante do Executivo.

As nossas leis aqui aprovadas, podem pelo Tribunal de Justiça ser objeto de representação e perderão sua vigência e eficácia. Aí está, sem que isso implique em desarmonia de Poderes, uma forma de intervenção nos nossos trabalhos.

Não podemos fazer cessar a eficácia, mas podemos impedir que a Justiça não seja administrada de acordo com os interesses do povo que representamos aqui. É bem por isso que o Professor Manoel Gonçalves Pereira Filho, citado pelo Deputado Luiz Roberto Soares, traz no livro "Do Processo Legislativo", as seguintes considerações: "A independência recíproca dos Poderes - os organismos incumbidos do exercício de cada uma das três funções do Estado - não significa a inexistência de pontos de contacto entre eles, no desempenho de suas tarefas.

Ela não inclui que os poderes, colaborem entre si relativamente ao exercício de uma delas, bem como não impede que os memos, secundariamente, pratiquem certos atos que em teoria não pertenceriam à sua esfera de competências. Implica apenas numa principalidade. Cada poder desempenha uma função, sem que lhe seja absolutamente proibida a imixtão noutra", todos nós principalmente do Poder Legislativo tão adormecido como está não só em nosso País, como também em outras Nações. (Lendo): "A separação dos poderes" é inerente a supremacia do Poder Legislativo. Essa supremacia é textualmente afirmada por LOCKE: "Num Estado bem constituído, que subsiste por si mesmo e age de acordo com sua natureza, isto é, para a salvaguarda da comunidade, só há certamente um poder supremo - o Poder Legislativo".

"Ainda que não fosse expressa, tal supremacia se desenha na própria definição das funções que servem para a estruturação dos poderes, ao menos na sua versão vulgarizada. Nesta, em realidade, o primeiro dos poderes é o que faz a lei, enquanto os outros dois a aplicam".

Era só - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação secreta do Projeto de Lei nº 143/75.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, há longo tempo que esta Casa não usa esse expediente de votação.

Na Legislatura passada, ainda sob a égide da Emenda Constitucional nº 2, nós votávamos pelo sistema de votação secreta as matérias objeto de veto governamental. Gostaria, Sr. Presidente, sem demérito para o plenário, que V. Exa. antes de iniciar o processo de votação, nos esclarecesse da forma de exercer o nosso direito de voto: com cédula "sim", aprovado e com cédula "não" desaprovando a mensagem.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento. A mesa passa a esclarecer. Os Srs. Deputados serão chamados pelo 1º Secretário. Em seguida se dirigirão à Câmara Secreta, que será a sala das datilógrafas, depois voltarão à Mesa onde se encontra a urna.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, não pretendo ser intempestivo. Foi aprovada em votação, 2a. dis-

cussão, o Projeto de Lei 187/75, constante da Ordem do Dia oriundo do Poder Executivo. Mensagem 150/75. Do mesmo constava uma emenda que não foi votada e que é da Comissão

Solicitaria, Sr. Presidente, que fosse feita a votação simbólica da mesma antes que fosse feita a votação do Projeto de Lei 143/75. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Houve uma falha na leitura da Ordem do Dia, motivo pelo qual deixou de ser votada. Em razão disto, esta Presidência decidiu colocá-la em votação quando o projeto em 3ª discussão.

Existem matérias que vão nos levar até sábado, portanto não haverá prejuízo. Se o plenário concordar com a solicitação do Deputado Ivo Thomazoni, a emenda ao Projeto de Lei 187/75 será colocada em votação após a votação do Projeto de Lei 143/75.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeitamente, Sr. Presidente, a decisão de V. Exa. é sábia e concordo com ela, isto é que se coloque a emenda ao Projeto de Lei 187/75 em votação simbólica após a votação do Projeto de Lei 143/75.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que concordam com a proposta do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, queiram se conservar como estão. Aprovada. A emenda será votada após a votação do Projeto de Lei 143/75.

A Mesa não quer que isto se repita no futuro porque não pretende infringir o Regimento Interno. Esta Presidência concordou porque estamos em período extraordinário e todos nós desejamos terminar nossas funções o mais breve possível.

O Sr. 1º Secretário irá proceder a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, acho que está havendo um equívoco. O requerimento faz referência a que a votação secreta seja somente para as emendas e não para o projeto.

Pediria, Sr. Presidente, que fosse feita a votação do projeto, simbolicamente. Com referências às emendas sim.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está estudando a questão.

Diz o Requerimento: (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, nos termos do Art. 90, do Regimento Interno, seja adotado o processo de sessão secreta para a 2ª. Discussão e Votação do Projeto de Lei 143/75, que, com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que objetiva criar cargos que especifique, nos quadros correspondentes dos serviços do Poder Judiciário, o qual consta da Ordem do Dia de hoje.

O pedido se fundamenta no fato de que a apreciação dessa matéria envolve diretamente as relações entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, sendo certo que a discussão e votação públicas podem ensejar atritos entre os referidos Poderes, com prejuízo para a harmonia que deve prevalecer.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975”.

Aqui não fala em emendas.

O SR. FUAD NACLI — A redação, só a redação.

O SR. PRESIDENTE — Eu acho que o processo de votação já se iniciou, já há algumas cédulas sobre a mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa pede aos Srs. Deputados que, quando chamados confirmem, para controle do Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Continua a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Convido os Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes, Jurandir Messias e Wilson Fortes, para comporem a Comissão escrutinadora

É procedido o escrutínio.

Votaram 42 Srs. Deputados

41 “sim”

1 voto nulo.

Aprovado o projeto, em sua emenda digo sua segunda discussão.

O Sr. segundo Secretário fará a leitura da Emenda de nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça, aprovada em 1ª. discussão.

É LIDA A EMENDA.

O Sr. primeiro Secretário fará a chamada nominal, para votação secreta.

(É feita a chamada).

O SR. 1º SECRETÁRIO — Votaram 42 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa indica a comissão composta pelos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes para procederem a apuração dos votos.

É FEITA A APURAÇÃO DOS VOTOS.

29 Srs. Deputados votaram “sim”, 12 Srs. Deputados votaram “não” e 1 voto nulo. Aprovada a Emenda nº 4 da CCJ.

O Sr. segundo Secretário irá proceder a leitura da Emenda 11.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda nº 11).

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(É feita a chamada nominal pelo Sr. 1º Secretário).

Esta Presidência solicita ao Sr. Secretário que providencie que as pessoas estranhas se afastem de perto do corredor da cabine indevassável. Votaram 46 Srs. Deputados. A Mesa designa uma comissão formada dos Srs. Deputados Quielise Crióstomo, Luiz Gabriel Sampaio e José Muggiati para comporem a Comissão de escrutinadores.

(É procedido o escrutínio).

O SR. PRESIDENTE — 30 votaram “sim”

11 votaram “não”

1 voto nulo

1 voto “em branco”

Aprovada a Emenda nº 11.

O Sr. 2º Secretário fará a leitura da Emenda 13, da Comissão de Constituição e Justiça e aprovada em 1ª discussão.

(É lida a emenda).

O SR. 1º SECRETÁRIO - fará a chamada nominal para a votação secreta.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Votaram 43 Srs. Deputados.

A Mesa designa uma Comissão composta dos Srs. Deputados Werner Wanderer, Lineu Turra e Fabiano Braga Côrtes, para comporem a Comissão escrutinadora.

(A comissão escrutinadora procede o escrutínio—).

33 Srs. Deputados votaram “sim”; 9 “não” e 1 voto em branco”.

Aprovada a Emenda nº 13.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando prorrogação da sessão por mais duas horas. Em votação.- Aprovado.

A Emenda nº 17 é correlatada à Emenda nº 18.

Ambas serão lidas pelo Sr. 2º Secretário.

É procedida a leitura das emendas).

O SR. PRESIDENTE — O Sr. primeiro Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Emendas ns. 17 e 18.

Votaram 42 Srs. Deputados. Convido os Srs. Deputados Wilson Fortes, Nelson Buffara e Jorge Sato para constituírem a Comissão escrutinadora.

(É feita a apuração).

Votaram 42 Srs. Deputados. 41 votos “sim”, e 1 o voto em branco.

Aprovadas as Emendas.

Em discussão a Emenda nº 19. O Sr. 2º Secretário procederá a leitura da emenda.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a emenda).

O SR. PRESIDENTE — O Sr. primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa designa uma Comissão composta dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo, Rosário Pitelli e Trajano Bastos, para a contagem dos votos.

(É procedida a contagem dos votos).

P

O SR. PRESIDENTE — Votaram 42 Srs. Deputados, 37 com a cédula "sim", 4 com a cédula "não" e 1 em branco.

Aprovada a Emenda 19.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel). Está reaberta a sessão.

O Sr. 2º SECRETÁRIO — (Lê a emenda 21, autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda 21.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação secreta.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Votaram, 42 Srs. Deputados.

A Mesa designa os Srs. Deputados Del Ciel, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo, para comporem a Comissão Escrutinadora.

É procedida a contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE — 5 Srs. Deputados votaram com a cédula "sim", 35 com a cédula "não" e 2 em branco.

Rejeitada a Emenda 23.

O Sr. 2º Secretário lerá a emenda 23, autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda 23)

O SR. PRESIDENTE Paulo Camargo — O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação secreta.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE — Votaram, 42 Srs. Deputados.

A Presidência designa os Srs. Deputados Nelson Buffara, Valter Pietrângelo e Accioly Neto, para comporem a Comissão Escrutinadora.

(É procedida a contagem dos votos).

O SR. PRESIDENTE — 29 Srs. Deputados votaram com a cédula "sim", 10 com a cédula "não", 3 em branco.

Aprovada a Emenda 23.

Em votação a Emenda 24, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto.

O Sr. segundo Secretário fará a leitura da Emenda.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda 24).

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação secreta.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Designo os Srs. Deputados Luiz Roberto Soares e Luiz Alberto Oliveira, para comporem a Comissão Escrutinadora.

(É feita a contagem dos votos).

Votaram 38 Srs. Deputados; 33 com a cédula "sim", 3 com a cédula "não" e 2 em branco.

Aprovada a Emenda 24.

Em votação a Emenda 3, de plenário.

O Sr. 2º Secretário fará a leitura da Emenda de plenário

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda nº 3).

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário fará a chamada nominal para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa designa uma comissão escrutina-

dora composta dos Srs. Deputados Rosário Pitelli, Juran-
dir Messias e Trajano Bastos.

— (Pausa) —

Houve equívoco na votação, na mistura de votos.

Vou repetir a votação desta Emenda. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados novamente.

(É procedida a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Designo uma Comissão composta dos Srs. Deputados Lázaro Dumont, Francisco Escorsin e Nelson Buffara, para servir de escrutinadores.

(A Comissão designada procede o escrutínio)

O SR. PRESIDENTE — Votaram 31 Srs. Deputados.

25 Votaram "sim"

3 Votaram "não"

3 em branco.

Aprovada a Emenda 3 de plenário.

O Sr. 1º Secretário fará a leitura da emenda 4, e de plenário, de autoria do Sr. Luiz Roberto Soares.

(É feita a leitura da Emenda) —

O SR. PRESIDENTE — Designo uma comissão escrutinadora, composta pelos Srs. Deputados Wilson Fortes, Ivo Thomazoni e Waldenício Barbalho, para comporem a Comissão Escrutinadora.

(É procedido o escrutínio).

O SR. PRESIDENTE — Votaram 36 Srs. Deputados. 32 votaram "sim", 1 votou "não" e 3 em branco.

Aprovada a Emenda 4.

Em discussão a Emenda ao Projeto de Lei 187/75.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para discutir)

Sr. Presidente, Quero dizer que votei favoravelmente na Comissão, a essa emenda, porque entendo que ela representa uma reivindicação justa, no entanto, tendo comunicado com o Comandante Geral da Polícia Militar e diante da solicitação e empenho por parte dele, jpa comuniquei ao o líder de minha bancada que o compromisso anteriormente assumido, já deixou de existir, portanto não há compromisso dos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se — Aprovada a Emenda.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento

(É feita a verificação).

12 Srs. Deputados votaram pela rejeição. (Rejeitada a Emenda.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado

Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor André Queirolo, ocorrido no dia 18 de dezembro do corrente na cidade de Toledo.
APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Capdebosco, ocorrido dia 18 do corrente na cidade de Toledo:—
APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos a Prefeitura Municipal de Irati, à Cooperativa Agrícola Irati Ltda. e à ACARPA pela realização da 1ª Festa do Pêssego naquela cidade.
APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, de sessão, anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao DER, pelo transcurso do seu 29º ano de sua criação. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente de sessão anterior, com sua discus-

são encerrada, solicitando voto de louvor à Direção da Rede Ferroviária Nacional, pela nomeação do Engenheiro Renato Meister, como chefe do setor sul, da mencionada organização. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública encarecendo providências no sentido de coibir a invasão de casas que está ocorrendo no Distrito de São José do Itavó, município de São Miguel do Iguaçu.— APROVADO.

Requerimento do Sr. Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado à Direção da Viação Garcia, externando os agradecimentos do Poder Legislativo pela colaboração prestada por essa empresa aos interesses comunitários do Estado. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Ministério do Exército estude a viabilidade do pagamento do acervo da ex-Guarnição Militar da cidade de Castro, ao Patrimônio da Universidade Estadual de Ponta Grossa. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Ernesto Gnoato, ~~constante~~ constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine com a máxima urgência, o término da construção do ginásio de alvenaria na sede da Comarca de Iporã. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo providências no sentido de instauração de sindicância administrativa para apurar e responsabilizar a entidade construtora do edifício em alvenaria que sedia o Grupo Escolar "Mal Arthur da Costa e Silva", da cidade de Santa Fé, e determinar o início urgente de obras de ampliação do referido estabelecimento. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Administração, encarecendo esclarecimentos referente a nota inserida no jornal Diário dos Campos, do dia 21/12/75, onde consta de que o Patrimônio do antigo Colégio Agrícola Augusto Ribas não pertence ao Estado e sim pertence à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de louvor pela atuação do Sr. Ministro das Minas e Energia, junro CESP de São Paulo, para o não fechamento imediato da barragem do Sítio de Capivara. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do IBDF, nesta Capital a fim de que lhe seja fornecido o nome individual das pessoas que compõem a firma Reflorestadora Universal Ltda.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos Projetos de Resolução, APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de resolução.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, e outros, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhada cópia do trabalho elaborado pelo Sr. Prefeito Nivaldo Kriger, visando a fixação do homem ao campo, aos Srs. Ministro da Agricultura, Secretário da Agricultura, Governador do Estado e as bancadas Federal do Paraná, ARENA e MDB na Câmara e Senado. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna solicitando à Secretaria dos Transportes o sentido de que sejam tomadas medidas, através de seu Departamento competente, visando a conservação da estrada que liga IBAITI a Ribeirão do Pinhal. APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução ns. 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 150, 251, 252/75,

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução ns. 203/75 e de Lei nos. 185 e 187/75,

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/75.
Levanta-se a Sessão